

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM METAFÍSICA**  
(LINHA DE PESQUISA ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL)

**GIORDANO BRITO DE AZEVEDO**

**ENTIMEMA:**  
**PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS ENTRE LÓGICA E RETÓRICA**

Brasília

2020

GIORDANO BRITO DE AZEVEDO

**ENTIMEMA:**

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS ENTRE LÓGICA E RETÓRICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Metafísica do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Silvio Marino.

Brasília

2020

*All I ever wanted  
All I ever needed  
Is here in my arms  
Words are very  
Unnecessary  
They can only do harm*

(Martin Gore)

## RESUMO

AZEVEDO, Giordano Brito de. Entimema: perspectivas contemporâneas entre lógica e retórica. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília: Brasília, 2020.

A retórica, comumente entendida como arte da persuasão, constituía, para os filósofos gregos, uma questão digna de investigação. A retomada de antigas concepções sobre esse saber por parte de importantes pensadores contemporâneos nos incita a investigar como a retórica era primordialmente compreendida por filósofos e retóricos, e que papel desempenhava na formação do conhecimento e das ciências. Nesse contexto, a *Retórica* de Aristóteles constitui obra singular. O Estagirita não só foi o pioneiro no modo como conferiu ordem, método e estrutura ao estudo da arte retórica, como também sua abordagem inovadora, fundada na noção de *entimema*, uma espécie de derivação do raciocínio silogístico, acercou-se de outras ciências, notadamente daquelas relacionadas à forma mais eficaz de pensamento, e, particularmente, de seu método dialético.

**Palavras-chave:** Aristóteles, Retórica, Entimema, Teorias contemporâneas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>1 SILOGISMO E ENTIMEMA .....</b>	<b>10</b>
1.1 O Silogismo .....	17
1.2 O Entimema .....	17
1.2.1 O entimema nos <i>Analíticos</i> .....	17
1.2.1.1 Signos e Probabilidades .....	17
1.2.2 O entimema na <i>Retórica</i> .....	21
<b>2 DOCTRINAS TRADICIONAIS DO ENTIMEMA .....</b>	<b>25</b>
2.1 Cope .....	25
2.2 Joyce .....	28
2.3 Bitzer .....	35
2.4 Copi .....	44
2.5 Luckhardt e Bechtel .....	46
<b>3 TEORIAS NÃO ORTODOXAS .....</b>	<b>50</b>
3.1 Hamilton .....	50
3.2 Grant .....	54
3.3 Seaton .....	56
3.4 Madden .....	61
3.5 Walker .....	69
3.6 Hitchcock .....	75
<b>4 CONCLUSÕES .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

Jonathan Barnes, aludindo à citação tradicionalmente atribuída a Alfred North Whitehead de que a história da filosofia ocidental não é mais que uma série de notas de rodapé a Platão, respondeu que a substituição de “Platão” por “Aristóteles” tornaria o aforisma menos falso (BARNES, 1995). Diógenes Laércio, pouco antes de listar as numerosas obras de Aristóteles, elogia sua excelência em “todos os campos” (2008); já Farias Brito, no volume inaugural de sua trilogia *Finalidade do Mundo*, assinala:

Aristóteles [...] abraçou em seu vasto espírito a totalidade dos conhecimentos humanos, ao tempo em que viveu [...], um grande homem, o maior da antiguidade grega, nem podia deixar de sê-lo, aquele que durante séculos constituiu-se o árbitro do pensamento (FARIAS BRITO, 2012, p.5-6).

De fato, não é fácil negar que o pensador macedônio seja o mais influente filósofo da antiga Grécia, considerando que praticamente todo ramo científico conhecido no Ocidente encontrou sua primeira formulação *sistemática* na obra deste grande filósofo de Estagira. Com a retórica não é diferente<sup>1</sup>.

No único tratado de sua autoria sobre retórica que sobreviveu até nossos dias<sup>2</sup>, Aristóteles inova não apenas na sua sólida defesa da retórica como *techne*<sup>3</sup>, mas também em seu recurso à lógica, presente na figura do silogismo. Com efeito, o entimema, o silogismo retórico, é amplamente considerado o cerne da teoria retórica de Aristóteles – com essa afirmação, informa Braet (1999), todos os especialistas estão de acordo.

O “corpo da prova” (*Rhet.* 1354a) tem sido objeto de investigação há séculos. Sem embargo, notadamente a partir de meados do séc. XIX da nossa Era, os estudos a seu respeito têm buscado sistematicamente se opor à chamada “doutrina tradicional”, ou seja, à compreensão do entimema como um tipo de silogismo incompleto em que uma das premissas se faz ausente, traço marcante da maneira pela qual o entimema foi predominantemente ensinado e entendido pelos acadêmicos de lógica e retórica até o

---

<sup>1</sup> Ainda que já circulassem manuais antes de Aristóteles, o próprio Estagirita faz notar, logo na introdução da *Retórica*, que “os que até hoje compuseram tratados de retórica ocuparam-se apenas de uma parte dessa arte” (*Rhet.* 1354a).

<sup>2</sup> Conforme Rapp (2010), existem testemunhos acerca de outros trabalhos em retórica escritos por Aristóteles: *Gryllos*, em que se alinha à posição defendida por Platão no *Górgias* quanto ao caráter não artístico da retórica, a *Techne Synagoge*, uma coleção de teorias retóricas, e a *Theodecteia*, cuja autoria incerta é disputada com seu discípulo Theodectes.

<sup>3</sup> Conforme explica Grimaldi em seus comentários à *Retórica*: “Uma arte sempre se alicerça em um princípio racional, [...] é sempre capaz de explicar o que está sendo feito. Como uma τέχνη, a retórica certamente consiste em um corpo de regras e princípios gerais que podem ser conhecidos pela razão (54a 6-11). Como tal, é uma forma de ἐπιστήμη, em oposição à mera ἐμπειρία [...]” (GRIMALDI, 1980, p.4).

final da Idade Moderna. Não é que antes não havia opiniões divergentes da doutrina tradicional – nem tampouco, conforme veremos, pretendemos afirmar que essa deixou de existir – mas as novas teorias em larga medida buscaram afastá-la, com base em interpretações engenhosas e inovadoras dos tratados de Aristóteles, de modo que os estudos contemporâneos que defendem a doutrina tradicional se tornaram um tanto mais escassos e se mantêm especialmente por força da carga teórica acumulada ao longo dos séculos.

Existem inúmeras maneiras de se abordar um conceito; aqui, optamos por realizar um delineamento do estado da questão<sup>4</sup>, circunscrevendo nossa pesquisa principalmente ao exame da literatura contemporânea acerca da natureza do entimema, opondo a corrente tradicional e a não ortodoxa.

A partir da disposição da doutrina tradicional e de suas contestações, chegamos à estrutura deste trabalho, que dividimos em dois “eixos” teóricos principais, correspondendo às seções 3 e 4, sendo que o segundo pressupõe e se opõe ao primeiro. Não há de causar surpresa uma aparente “assimetria” do texto, já que, entre os autores contemporâneos, como dissemos, a maioria questiona a doutrina tradicional. No primeiro capítulo, trataremos de algumas noções introdutórias: exporemos brevemente a ideia de silogismo – estreitamente relacionada à de entimema – e percorremos algumas definições do termo entimema presentes nos tratados de Aristóteles, assim como os conceitos relacionados de signos e probabilidades.

Quanto às traduções utilizadas, são necessárias algumas observações. Sempre que disponíveis, utilizamos as traduções em português das obras estrangeiras (p.e., a *Lógica* de Irwing Copi). No caso específico de Aristóteles, baseamo-nos em especial na tradução da *Retórica* de M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. do N. Pena (2005) e do *Órganon* de Pinharanda Gomes (vários volumes), recorrendo, quando necessário, a outras traduções, listadas na Bibliografia. Havendo conflitos entre as traduções, faremos os devidos apontamentos. Em qualquer caso *as traduções do grego antigo não são de nossa autoria*. Ressalvado o exposto, as demais traduções são nossas, exceto se especificado. Optamos por assinalar a exceção, considerando que a regra é muito mais numerosa e as incontáveis indicações só iriam gerar ruído textual desnecessário.

---

<sup>4</sup> Segundo Nobrega-Therrien e Therrien: “A finalidade do ‘estado da questão’ é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance” (2004, p.7).

Ainda nesse tópico, cumpre um último esclarecimento.

Nos autores pesquisados, são abundantes as referências à passagem 70a dos *Analíticos Anteriores* (e sua correspondente na *Retórica*, em 1357a). Ocorre que as diferentes traduções são discrepantes, de modo que não existem consenso nem consistência quanto à tradução dos termos gregos *semeion* (σημεῖον) e *eikos* (εἰκός).

Para exemplificar o problema, reproduzimos algumas traduções das respectivas passagens em suas línguas-alvo, começando por 70a, na versão de Pinharanda Gomes (1986):

O entimema é um silogismo que se assenta em premissas verosímeis ou em signos. (*An. Pr.*, 70a)

Miguel Candel Sanmartín (1995) traduz assim a passagem:

El razonamiento probable es un razonamiento a partir de verosimilitudes o signos: (*An. Pr.*, 70a)

Já Hugh Tredennick (1938) e Robin Smith (1989) traduzem da seguinte maneira, respectivamente:

An enthymeme is a syllogism from probabilities or signs; (*An. Pr.*, 70a)

An enthymeme is a deduction from likelihoods or signs. (*An. Pr.*, 70a)

As traduções de M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. do N. Pena (2005), de Antônio Pinto de Carvalho (1990), George A. Kennedy (2007) e W. Rhys Roberts (2004) da passagem da *Retórica* são respectivamente:

E, posto que os entimemas derivam de probabilidades e sinais, é necessário que cada um destes se identifique com a classe de entimema correspondente. (*Rhet.*, 1357a).

Com efeito, os entimemas deduzem-se das verossimilhanças e dos sinais, e tanto estes como aquelas apresentam necessariamente um destes caracteres [...] (*Rhet.*, 1357a).

Moreover, enthymemes are derived from probabilities [*eikota*] and signs [*semeia*], so it is necessary that each of these be the same as each [of the truth values mentioned]; (*Rhet.*, 1357a)

Now the materials of enthymemes are Probabilities and Signs, which we can see must correspond respectively with the propositions that are generally and those that are necessarily true. (*Rhet.*, 1357a)

Como podemos ver, *semeion* é ora traduzido por “signo” ou “sinal”, ora por “indício”; a tradução de *eikos* varia de “verosímil” a “probabilidade”.

Considerando que, conforme dito, são inúmeras as ocorrências desse trecho, proponho nova redação para 70a, trazendo uma pequena alteração para que haja conformidade entre as traduções que mais utilizamos (a de Pinharanda Gomes e a de M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. do N. Pena). A versão que proponho é:

O entimema é um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos<sup>5</sup>.

Ressalto que se trata de uma proposta temporária e interina, feita para ser aplicada tão somente no âmbito deste trabalho, por razões de conveniência<sup>6</sup>.

Sendo assim, doravante, todas as citações de 70a serão reproduções dessa proposta<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Cfr. *An. Pr.* 70a10 : “Ενθύμημα δὲ ἐστὶ συλλογισμὸς ἐξ εἰκότων ἢ σημείων”.

<sup>6</sup> A discussão acerca das razões teóricas para esse opção ultrapassaria o escopo deste trabalho. Apenas como indicação, reproduzimos resumidamente as diferenças entre sinal e signo fornecidas por Netto (2002): "Por sinal, entende-se qualquer forma gráfica, sonora, geológica, astronômica etc. de assinalação, sem que para tal incorra qualquer relação com uma possível construção de significado. O sinal é uma entidade destituída de mecanismos para a construção de significados [...]"; "[...] para que haja um signo é preciso que haja, no mínimo, o reconhecimento da possibilidade de construção de um significado. Mas esta entidade, antes de estar no lugar de alguma coisa, ou mesmo representá-la é um processo de encadeamento, no qual o signo leva à construção de um outro signo que se relaciona com o primeiro, e assim por diante em uma constante semiose [...]". A noção de probabilidade será abordada mais adiante.

<sup>7</sup> Para o sentido de “εἰκός”, vide Ioli 2017.

## 1 SILOGISMO E ENTIMEMA

Silogismo e entimema são termos indissociáveis. Nesta primeira seção, faremos uma breve discussão acerca dos dois conceitos antes de passarmos às partes centrais do trabalho.

### 1.1 O SILOGISMO

Antes de começarmos sequer a tentar definir o objeto da presente pesquisa, cumpre antes perpassarmos o conceito de silogismo, praticamente pressuposto na definição de entimema.

Na entrada “silogismo” d’*O Dicionário Básico de Filosofia*, Japiassú e Marcondes definem (2008, p.316):

Método de dedução de uma conclusão a partir de duas premissas, por implicação lógica. Para Aristóteles, considerado o primeiro formulador da teoria do silogismo, “o silogismo é um argumento em que, estabelecidas certas coisas, resulta necessariamente delas, por serem o que são, outra coisa distinta do anteriormente estabelecido” (Primeiros analíticos, I, 24). Ex.: “Todos os homens são mortais, todos os gregos são homens, logo, todos os gregos são mortais”. A conclusão se obtém assim por um processo de combinação dos elementos contidos nas premissas através do termo médio (no exemplo, “homens”), que permite relacionar os outros termos (no exemplo, “gregos” e “mortais”) aí contidos, formando uma nova proposição. Segundo as regras do silogismo válido, não é possível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão seja falsa.

Aristóteles define silogismo em dois momentos diferentes no *Órganon*: nos *Tópicos* e nos *Analíticos Anteriores*.

Nos *Tópicos*, a definição é a seguinte:

Raciocínio dedutivo é um discurso no qual, dadas certas premissas, alguma conclusão decorre delas necessariamente, diferente dessas premissas, mas nelas fundamentada. (100a)

Nos *Analíticos Anteriores*, o silogismo é definido como

[...] uma locução em que, dadas certas proposições, algo distinto delas resulta necessariamente, pela simples presença das proposições dadas. Por simples presença das proposições dadas entendo que é mediante elas que o efeito se obtém; por sua vez, a expressão é mediante elas que o efeito se obtém significa

que não se carece de qualquer outro termo a elas estranho, para obter esse necessário efeito. (24b)

Talvez essas definições não sejam suficientes e careçam de complementação – vamos a ela.

Devemos nos lembrar de que os usos da linguagem são os mais diversos e variam desde a elaborada composição de sonetos à emissão de uma simples interjeição. Para entender o silogismo, apenas uma parcela desses usos nos interessa. Vamos, portanto, nos restringir à fração da linguagem composta pelas sentenças; neste conjunto, atender-nos-emos a um tipo específico de sentenças, aquelas às quais podem ser atribuídos valores de verdade: as proposições apofânticas.

Explica Hegenberg (2012) que as proposições podem assumir a forma categórica quando apresentam a asserção clara e direta a respeito de fatos alegados. As proposições categóricas organizadas em torno de um sujeito e de um predicado foram reunidas por Aristóteles (no *De Interpretatione*) em quatro grupos: conforme a *qualidade*, temos as proposições *afirmativas* e *negativas*; conforme a *quantidade*, as proposições *universais* ou *particulares* (HEGENBERG, 2012). O exemplo utilizado por Hegenberg (2012) é (adaptamos):

- (A) Todos os homens são sábios
- (E) Todos os homens não são sábios
- (I) Alguns homens são sábios
- (O) Alguns homens não são sábios

As vogais *A*, *E*, *I* e *O*, oriundas das palavras latinas *afirmo* e *nego*, são tradicionalmente utilizadas para indicar essas proposições, da seguinte forma: (*A*) se refere às proposições universais afirmativas; (*E*) às proposições universais negativas; (*I*) às proposições particulares afirmativas; e (*O*) às proposições particulares negativas (HEGENBERG, 2012). Proposições singulares do tipo “Sócrates é sábio” devem ser consideradas universais, considerando que o predicado aplica-se de maneira global ao sujeito indivisível e único (HEGENBERG, 2012). Nesse ponto e na mesma toada, Patzig (1968) explica que os lógicos medievais introduziram os símbolos *a*, *e*, *i* e *o* para referirem-se às todas as possíveis relações lógicas entre sujeito (*S*) e predicado (*P*): *SaP* - todo *S* é *P*; *SeP* - nenhum *S* é *P*; *SiP* - algum *S* é *P*; *SoP* - algum *S* não é *P*. Considerando ainda que ‘*o*’ e ‘*i*’ são as negações de ‘*a*’ e ‘*e*’ respectivamente, ‘*a*’, ‘*e*’, e

‘*não a*’ e ‘*não e*’ (ou ‘*i*’, ‘*o*’, ‘*não i*’ e ‘*não o*’) seriam suficientes (PATZIG, 1968). Hegenberg (2012) propõe a abreviação dos tipos de proposição segundo o esquema: (A): todos os X são Y; (E): nenhum X é Y; (I): algum X é Y; (O): algum X é não Y (Algum X não é Y).

Quando, em uma proposição, um termo é universalmente afirmado ou negado, diz-se que o termo é *distribuído* (HEGENBERG, 2012). Podemos entender a distribuição de um termo, portanto, como a declaração geral de uma propriedade. Hegenberg explica que:

As proposições de tipo A e E distribuem o sujeito; as de tipo I e O distribuem o predicado. A assevera concordância, E discordância entre todo X e Y; E e O asseveram discordância entre todo Y e todo ou parte de X. As proposições negativas distribuem seu predicado, uma vez que dizer algo a respeito da exclusão de Y é referir-se (ainda que implicitamente) a Y de modo global. (HEGENBERG, 2012, p.21, ênfase do autor)

As relações entre as proposições podem facilmente ser visualizadas no famoso “quadro das oposições”. Trata-se de uma disposição bastante conhecida dos tipos de proposição. Aqui, apresentamos uma rústica simplificação baseada na versão de William e Marta Keale (1980), em que assinalamos apenas a relação de *contradição*, que apresenta maior interesse lógico: se, nessa relação, uma das proposições é verdadeira, a outra proposição deve ser falsa.

Universal Afirmativa (A) Todo homem é branco	↔	Particular Negativa (O) Algum homem não é branco
Particular Afirmativa (I) Algum homem é branco	↔	Universal Negativa (E) Nenhum homem é branco

Passando propriamente à questão do silogismo, Patzig (1968), com um consagrado exemplo, explica que se trata de uma inferência do seguinte tipo:

Todos os homens são mortais,  
Sócrates é um homem,  
portanto: Sócrates é mortal.

O silogismo é geralmente representado com uma linha sob as premissas no lugar do “portanto” e com variáveis no lugar dos termos<sup>8</sup>, p.e. (PATZIG, 1968):

<sup>8</sup> Em algumas representações, são simplesmente utilizados três pontos (∴) para indicar a conclusão.

$$\begin{array}{l} \text{Todo } M \text{ é } P, \\ \text{S é } M \\ \hline \text{S é } P. \end{array}$$

A inferência, na explicação de Hegenberg (2012), consiste na afirmação de uma proposição, tida como a conclusão dessa inferência, com base em outra proposição (ou proposições), que atua na inferência como premissa. Em outras palavras, a premissa seria a proposição a partir da qual obtemos a proposição conclusiva. A inferência silogística ocorre quando, a partir de duas premissas, uma com os termos, suponhamos,  $M$  e  $P$ , outra com os termos  $M$  e  $S$ , obtém-se uma conclusão com  $S$  e  $P$ , com a exclusão de  $M$  (HEGENBERG, 2012). Essa inferência é, segundo Aristóteles, o fundamento do raciocínio e um dos seus objetivos era classificar as formas válidas de silogismo (HEGENBERG, 2012).

O termo  $M$ , o termo médio do silogismo, aparece em ambas as premissas; na conclusão, o sujeito  $S$  é chamado de termo menor do silogismo e o predicado  $P$  é chamado de termo maior; a premissa maior é a que contem  $P$  e a menor a que contem  $S$  (HEGENBERG, 2012). A convenção é que o sujeito seja mencionado antes do predicado e que o silogismo seja escrito na ordem: premissa maior, premissa menor e conclusão (HEGENBERG, 2012). De acordo com a ordenação dos pares  $M$  e  $P$  e  $M$  e  $S$ , temos as chamadas figuras do silogismo (HEGENBERG, 2012):

$$\begin{array}{cccc} \text{M P} & \text{P M} & \text{M P} & \text{P M} \\ \text{S M} & \text{S M} & \text{M S} & \text{M S} \\ \hline \text{S P} & \text{S P} & \text{S P} & \text{S P} \end{array}$$

Como podemos ver, essas figuras distinguem-se pela posição do termo médio, simbolizado por  $M$ , que é o único dos três termos de uma inferência válida a aparecer em ambas as premissas, mas não na conclusão (PATZIG, 1968). Se o termo médio permanece, por assim dizer, disposto de maneira cruzada, como no nosso exemplo, o silogismo está na primeira ou na quarta figura da lógica tradicional, que equivale à primeira figura na lógica aristotélica; se estiver no final de ambas as premissas, temos a segunda figura; se no início de ambas, a terceira (PATZIG, 1968). Em cada figura, de acordo com a convenção, ficam já especificados quais termos exercem função de sujeito e predicado (HEGENBERG, 2012).

Da distribuição de cada tipo de proposição (*A, E, I, O*) nas figuras resulta o *modo*. Patzig (1968) esclarece que os modos de cada figura são diferenciados um do outro apenas pelo caráter lógico de suas premissas e conclusões, que devem sempre ser proposições universais ou particulares e afirmativas ou negativas. O seguinte caso exemplifica o modo AAA (puramente proposições universais afirmativas, chamado de “silogismo em *Barbara*” pelos lógicos medievais) para o silogismo da primeira figura (HEGENBERG, 2012).

todo M é P.

todo S é M.

logo, todo S é P.

Trata-se de um silogismo válido. O mesmo não pode ser dito do modo AAA aplicado à segunda figura, no exemplo de Hegenberg (2012):

todo P é M.

todo S é M.

logo, todo S é P.

Resulta que a combinação entre a figura e o modo permite determinar a validade do silogismo. Dos 256 silogismos possíveis, Hegenberg (2012) aponta que 24 correspondem às formas válidas – dessas, 5 são usualmente descartadas por constituírem as chamadas conclusões “fracas”, já fornecidas em outras formas de silogismo, e 1 possui validade discutível, de maneira que se identificam apenas 18 formas válidas “de modo irretorquível”.

Desde a Idade Média foram atribuídos mnemônicos aos modos válidos. Patzig (1968) esclarece que os nomes associados a esses mnemônicos (*Barbara, Ferio, Calemes, Fresison* etc.) foram engenhosamente concebidos para revelar suas propriedades formais: todos os nomes são trissilábicos, a vogal de cada sílaba indicando a forma lógica da proposição que ela representa; assim *Ferio* representa o silogismo *MeP & SiM -> SoP*.

Cumprе salientar que Aristóteles só considerava as três primeiras figuras apresentadas acima, e fazia distinção entre a primeira figura, a figura “perfeita”, das demais, tidas como “imperfeitas”, sendo que as últimas seriam “reduzíveis” à primeira (HEGENBERG, 2012). Os mnemônicos, esclarece Patzig (1968), teriam ainda essa

função adicional: serviriam também para mostrar como os modos poderiam ser “reduzidos” aos silogismos da primeira figura e, assim, ser provados. Descrever esse processo extrapola com folga nosso propósito nesta seção; entretanto, a título de completude, transcrevemos a explicação de Hegenberg:

Esses nomes foram meticulosamente escolhidos e as letras têm funções específicas. Assim, as iniciais indicam possibilidade de redução à 1ª figura, tendo-se, como resultado, o silogismo de mesma inicial. Exemplo: Festino se converte em Ferio; Dimatis se converte em Darii (mesmas iniciais). De outra parte, as consoantes indicam operações a realizar: “s” indica uma conversão simples; “p” indica uma conversão accidental; “m” indica transposição de premissas; e “c” indica ser a “redução ao absurdo” a única praticável. (HEGENBERG, 2012, p.26)

W. C. Salmon (1973) trata dos procedimentos utilizados para testar a validade de qualquer silogismo, abreviando-os em três regras. Lembremos que um termo é considerado distribuído em uma proposição categórica quando é universalmente afirmado ou negado (HEGENBERG, 2012), ou, como expressa Salmon (1973), quando a proposição assevera algo sobre cada membro da classe que o termo designa. O seguinte esquema sumariza a distribuição dos termos em uma proposição (SALMON, 1973, p.53):

<i>A: afirmativa universal</i>	<i>E: negativa universal</i>
Sujeito distribuído	Sujeito distribuído
Predicado não distribuído	Predicado distribuído
<i>I: afirmativa particular</i>	<i>O: negativa particular</i>
Sujeito não distribuído	Sujeito não distribuído
Predicado não distribuído	Predicado distribuído

O esquema pode ser abreviado na seguinte formulação: O sujeito de uma proposição universal é distribuído; o predicado de uma declaração negativa é distribuído. Todos os outros termos são não distribuídos (SALMON, 1973, p.53).

Salmon (1973) chama de “termos finais” os termos que ocorrem uma vez na conclusão e outra vez na premissa; dá o seguinte exemplo (SALMON, 1973, p.51):

Todos os cães são mamíferos.  
Todos os mamíferos são animais.  
 Todos os cães são animais.

“Mamíferos” ocorre uma vez em cada premissa; é, portanto, o termo médio; “cães” e “animais” ocorrem cada um em uma premissa uma vez e uma vez na conclusão, estabelecendo-se ambos como um termo final (SALMON, 1973).

As três regras para testar a validade dos silogismos podem agora ser estipuladas. Em um silogismo válido (SALMON, 1973):

- I. O termo médio deve ser distribuído exatamente uma vez.
- II. Nenhum termo final pode ser distribuído apenas uma vez<sup>9</sup>.
- III. O número de premissas negativas deve ser igual ao número de conclusões negativas.

Qualquer silogismo que satisfaça as três regras é válido; se uma ou mais regras for violada, o silogismo é inválido (SALMON, 1973).

Por fim, Alexandre de Afrodísias, considerado por Frede (2017) não apenas o mais importante dos comentadores antigos, mas também o último rigorosamente aristotélico, esclarece em suas minuciosas notas aos *Tópicos* que os silogismos, nesta qualidade, não se diferenciam, exceto quanto à disposição de suas premissas, seus modos, figuras e conteúdo (*Top.* 2,1-5).

Explica Alexandre que o gênero a que pertence o silogismo é o discurso. O silogismo se distingue das demais espécies de discurso porque, nele, são “dadas certas premissas”, o que não ocorre, por exemplo, nos discursos narrativos (*Top.* 7,15-20). Por “dadas”, Aristóteles quer dizer que as premissas foram obtidas, aprovadas e concedidas, seja pelo interlocutor, se for o caso, ou pelo próprio autor do silogismo, se estiver formulando uma demonstração (*Top.* 8,1-5). Aqui a predicação é categórica – as hipotéticas não são “dadas”, mas supostas (*Top.* 8,10).

O comentador registra ainda que “dadas”, no plural, seria o termo mais acertado, já que nada é demonstrado silogisticamente através de apenas uma premissa; além disso, o termo abrange tanto as premissas positivas quanto negativas, não havendo outro mais apto (*Top.* 8,15).

A teoria silogística de Aristóteles é objeto de estudo há mais de vinte séculos. Não é nossa pretensão sequer arranharmos a superfície desse monumento filosófico, menos ainda lançarmo-nos atropeladamente nesse emaranhado teórico. Para o presente propósito e momento, podemos prosseguir com o seguinte entendimento: silogismo é o

---

<sup>9</sup> Se o silogismo contém um termo final distribuído em uma das premissas, mas não na conclusão (e vice-versa), não pode ser válido; ou seja, para que o silogismo seja válido, não pode conter um termo final distribuído em apenas uma de suas ocorrências (SALMON, 1973).

tipo de raciocínio marcado pelo encadeamento de premissas das quais se segue uma conclusão.

Superada essa preliminar, vejamos as definições de entimema presentes nas fontes primárias, nos textos aristotélicos.

## 1.2 O ENTIMEMA

Nesta seção, nos ocuparemos principalmente dos trechos pertinentes à definição do termo entimema presentes nos tratados aristotélicos. Seremos econômicos na apresentação dos comentários, pois as possíveis interpretações do entimema serão objeto das teorias abordadas nas seções seguintes.

Conforme Liddell-Scott-Jones (1996), o termo aparece em três obras de Aristóteles: nos *Analíticos Anteriores*, *Analíticos Posteriores* e na *Retórica*.

O termo ἐνθύμημα nas traduções portuguesas da *Retórica* consultadas é traduzido por cunho fonético “entimema”, como nas outras línguas modernas; portanto, em português, é um substantivo masculino comum, terminado em “a” por causa da derivação do grego, enquanto no grego é substantivo neutro.

### 1.2.1 O entimema nos *Analíticos*

Principiemos pelos *Analíticos*, nos quais constam duas ocorrências do termo.

O entimema é um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos. (*An. Pr.*, 70a)

Por outro lado, é de análogo modo que os argumentos retóricos persuadem, uma vez utilizarem, ou paradigmas, o que é uma espécie de indução, ou entimemas, o que não deixa de constituir um silogismo. (*An. Post.*, 71a)

Diante da sucintez da definição presente em 70a, pode-se pensar que esse trecho pouco contribui para a elucidação do termo; veremos, no entanto, que essa definição de entimema é citada à exaustão pelos comentadores. Entendemos que o trecho exige, ainda nesta seção, ao menos um exame rápido, principalmente no tocante aos conceitos de “probabilidades” e “signos”.

### 1.2.1.1 Signos e Probabilidades

A probabilidade<sup>10</sup> é definida por Aristóteles como uma premissa usualmente aceita; traduz um saber geral acerca de determinado assunto, que se manifesta regularmente de uma maneira particular (*An. Pr.* 70a). O Estagirita cita como exemplo a constatação de que as pessoas invejosas são más, enquanto as pessoas amadas são afetuosas (*An. Pr.* 70a).

Já o signo<sup>11</sup> é definido como:

O signo, [...], pretende ser uma proposição demonstrativa, seja necessária, seja provável, algo que implica outro algo, seja anterior, seja posterior, eis o que é um signo da produção ou da existência de outro algo. (*An. Pr.* 70a)

Madden (1957) previne que Aristóteles usa com frequência o conceito de probabilidade, sem que esse uso seja, no entanto, acompanhado do devido esclarecimento ou análise. Nos *Analíticos Anteriores* (70a), quando discute o entimema, Aristóteles desenvolve o que Madden chama de “sua interpretação estatística” da probabilidade, definindo o entimema como silogismo com um assunto específico, nomeadamente “um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos”, e o provável como aquilo que geralmente acontece (MADDEN, 1957).

O verosímil é uma proposição provável, pois o que se sabe pode ocorrer ou não ocorrer, é o que se designa por verosímil<sup>12</sup>. (*An. Pr.* 70a)

Um argumento entimemático baseado em probabilidade é aquele em que a premissa principal não é “totalmente” universal e, portanto, a conclusão é apenas provável (MADDEN, 1957). O exemplo citado por Madden (baseado em 70a) é: “Muitos homens que invejam, odeiam; esse homem inveja, então provavelmente odeia” (MADDEN, 1957, p.167). O argumento é certamente refutável, mas não porque é formalmente inválido: a estratégia para afastá-lo não deve se enveredar na busca por uma comprovação de que esse argumento não é *rigorosamente* verdadeiro, mas pela demonstração de que não é provável (MADDEN, 1957). Ou seja, para afastar o argumento baseado em probabilidade é preciso declarar que *outra coisa* é geralmente o caso (MADDEN, 1957).

<sup>10</sup> *Eikos* (εἰκός).

<sup>11</sup> *Semeion* (σημεῖον).

<sup>12</sup> P. Gomes usa “verosímil” no lugar de “probabilidade” – sobre esse ponto, ver nota na Introdução.

Madden (1957) alerta quanto à necessidade de não se interpretar em um sentido completamente moderno o entendimento estatístico da probabilidade por parte de Aristóteles: em 70a, “probabilidade” seria simplesmente “provável”, aquilo que geralmente acontece; Aristóteles não estende essa noção estatística ou de frequência a um senso geral de probabilidade no qual a frequência de ocorrência de uma propriedade a situa em uma escala de probabilidade, alta, baixa ou indiferente, embora existam interpretações nesse sentido (MADDEN, 1957). Madden (1957) aqui faz referência ao historiador inglês George Grote, que interpreta um trecho dos *Analíticos Anteriores* nesse senso geral de probabilidade. De acordo com Madden (1957), Grote entendia que o possível exhibe várias gradações – as chances de ambos os lados de uma possibilidade podem: (1) ser concebidas como perfeitamente iguais, de forma que não há probabilidade, não havendo motivos para esperar mais um lado do que outro; (2) ser concebidas como desiguais em qualquer proporção: em um extremo, teríamos a necessidade; do outro, o completo acaso; entre esses extremos, haveria todos os tons possíveis de probabilidade.

Madden (1957) responde que, a partir das circunstâncias textuais que permitem tal interpretação (*An. Pr.* 32b, *Top.* 112b), Aristóteles simplesmente distingue vários sentidos do “que pode ser” e adota “o que geralmente acontece” como a posição intermediária entre a necessidade e o acaso: “provável”, é claro, não faz sentido se aplicado aos extremos, mas apenas ao “que geralmente acontece” (“improvável”, presumivelmente, se aplicaria ao que acontece com pouca frequência). O importante, nota Madden (1957), é que não há sugestão de uma escala para que se possa falar da probabilidade, de qualquer valor, de qualquer evento entre o que geralmente acontece e o que geralmente não acontece. Em seu conceito de frequência, Aristóteles define “provável” em vez de “probabilidade” (MADDEN, 1957).

Quanto às diferenças entre probabilidades e signos, Grimaldi (1980) indica passagens em que Aristóteles trata dessas diferenças, acentuando a necessidade de se observar que o filósofo de Estagira trata do silogismo quando faz suas observações: probabilidades são abordadas em termos de argumentação dedutiva, ao passo que signos, embora também dedutivos, sujeitam-se, a partir do que se observa nos comentários de Aristóteles, à possibilidade de argumentação indutiva.

O verosímil e o signo não são sinónimos. O verosímil é uma proposição provável, pois o que se sabe pode ocorrer ou não ocorrer, é o que se designa

por verosímil. Por exemplo, detestar os invejosos, mostrar afecto aos que amamos. O signo, pelo contrário, pretende ser uma proposição demonstrativa, seja necessária, seja provável, algo que implica outro algo, seja anterior, seja posterior, eis o que é um signo da produção ou da existência de outro algo. (*An. Pr.* 70a)

Com efeito, probabilidade é o que geralmente acontece, mas não absolutamente, como alguns definem; antes versa sobre coisas que podem ser de outra maneira, e relaciona-se no que concerne ao provável como o universal se relaciona com o particular. (*Rhet.* 1357a)

Quanto aos sinais, uns apresentam uma relação do particular para o universal, outros uma relação do universal para o particular. (*Rhet.* 1357b)

Fica, pois, até aqui explicado o que é uma probabilidade, um sinal e um *tekmérion*, bem como o que os distingue. Foi, porém, nos *Analíticos* que estes foram mais explicitamente tratados, bem como a razão pela qual certas proposições são impróprias para o silogismo e outras são adequadas à sua formação. (*Rhet.* 1357b)

Grimaldi (1980) assevera, em resumo, que podemos assumir que uma probabilidade possui um grau de estabilidade que é intrínseco à natureza das coisas que constituem o fundamento das proposições baseadas em probabilidades. Assim, uma probabilidade, sendo relativamente estável, é conhecível e oferece uma base sólida para inferências razoáveis, visando novos conhecimentos; é uma realidade “que, embora verdadeiras e reais, também podem ser de outra maneira” (*An. Post.* 88b) (GRIMALDI, 1980). A partir de uma probabilidade correta, é possível alegar uma situação bastante plausível, ainda que não necessária (GRIMALDI, 1980). A probabilidade, assim como o signo, é objetiva, fundamentada na realidade (GRIMALDI, 1980).

Ainda de acordo com Grimaldi (1980), não obstante exista um nexó intrínseco entre signo e significado, devido à própria natureza do signo como Aristóteles o define, tal nexó não se verifica entre a probabilidade e o fato específico que por seu intermédio se quer demonstrar, a relação com aquilo que indica como provável é diferente. No caso do signo, a possibilidade do significado é mais razoavelmente aceitável; com a probabilidade, a razão para aceitar o fato que se procura estabelecer é menos óbvia, menos convincente (GRIMALDI, 1980). A probabilidade é uma generalização grosseira, derivada da experiência, relacionada apenas de modo genérico ao exemplo particular que pretende argumentar como provável; o signo, por seu turno, aponta especificamente e inequivocamente para a existência da realidade que indica como provável (GRIMALDI, 1980). É da natureza de signo apontar direta e imediatamente para o significado específico pelo próprio fato de sua própria existência; a probabilidade, embora tenha seu fundamento na dimensão da realidade, não possui, em

si, nenhuma relação formal com algum fato específico (GRIMALDI, 1980). A probabilidade oferece apenas um grau de certeza prática sobre a conclusão (provável) que busca; o signo, devido à relação natural com o significado, que implica a presença um do outro, oferece uma conclusão mais segura e mais provável (GRIMALDI, 1980).

Nos comentários que acompanham sua tradução dos *Analíticos Anteriores*, Robin Smith (1989) explica que a distinção entre probabilidades e signos reside nos tipos de critérios que os definem: uma premissa é uma probabilidade se for “bem conhecida” ou “geralmente aceita”; já um signo, por outro lado, é definido como tal por seu papel em uma espécie de dedução. Smith (1989) esclarece que a intenção do Estagirita nos *Analíticos Anteriores* é menos prover uma definição que acomodá-la na teoria dedutiva das figuras que apresenta em seguida. Com efeito, logo após a definição de entimema em 70a, Aristóteles apresenta tal exposição do signo, da qual trazemos o seguinte excerto:

Um signo pode ser entendido em três acepções, correspondentes à posição do termo médio nas figuras: pode ser entendido como na primeira figura, como na segunda, ou como na terceira, por exemplo: a demonstração de que uma mulher está grávida porque *tem leite*, resulta da primeira figura, porque *ter leite* é termo médio; podemos significar *estar grávida* por A, *ter leite* por B, e *mulher* por C. Por outro lado, a prova de que os sábios são honestos, pois Pítaco é honesto, resulta da terceira figura, significando-se *honesto* por A, os *sábios* por B e *Pítaco* por C. É, nesse caso, justo afirmar ao mesmo tempo A e B de C; mas passamos em silêncio a última proposição por ser conhecida, e aduzimos somente a primeira. Enfim, a prova de que uma mulher está grávida por estar pálida, relaciona-se com a segunda figura, pois, com efeito, a palidez é a sequência e a consequência da gravidez na mulher, e então pensamos que a demonstração consiste em ela estar grávida. *Palidez* pode ser significada por A, *grávida* por B, e *mulher* por C. (*An. Pr.* 70a, ênfase do tradutor)

Grant explica que uma probabilidade é uma causa que pode produzir um dado efeito, embora essa possibilidade seja incerta; por sua vez, o signo seria um efeito que pode ter sido produzido por determinada causa (embora também possa ter sido produzido por outra coisa) (GRANT, 1879).

### 1.2.2 O entimema na *Retórica*

Passemos propriamente ao texto da *Retórica*. Nessa obra, são diversas as ocorrências de entimema, assim como são diversos os contextos em que ocorrem – desde a crítica de Aristóteles aos seus predecessores por não tratarem especificamente do “corpo da prova”, até a exposição da teoria do silogismo retórico. Desse modo, a

lista nesta seção não é exaustiva, apresentamos apenas os trechos que consideramos particularmente oportunos para a elucidação do termo entimema, tendo como critério a busca pelas passagens que delineiam de modo mais geral o conceito e sua recorrência nos textos dos comentadores. Assim, em 1354a temos:

Ora, os que até hoje compuseram tratados de retórica ocuparam-se apenas de uma parte dessa arte; pois só os argumentos retóricos são próprios dela, e tudo o resto é acessório. Eles, porém, nada dizem dos entimemas, que são afinal o corpo da prova, antes dedicam a maior parte dos seus tratados a questões exteriores ao assunto; porque o ataque verbal, a compaixão, a ira e outras paixões da alma semelhantes a estas não afectam o assunto, mas sim o juiz. (*Rhet.* 1354a)

Sobre esse trecho destacamos duas notas da tradução de Júnior, Alberto e Pena (2005). Na primeira os autores definem o entimema como “silogismo retórico: a forma dedutiva de argumentação retórica que tem no paradigma a sua forma indutiva” (2005, p.90). A segunda refere-se ao vocábulo grego *pistis* (πίστις), traduzido no trecho como “argumentos retóricos”: esclarecem que *pistis* difere no sentido conforme os contextos, podendo significar fé, meio de persuasão ou prova (2005). Em Aristóteles, o termo normalmente significa “prova”, “prova lógica”, “argumentação”, “argumento lógico” ou, conforme visto, “argumento retórico” (2005, p.90).

Em relação à crítica que Aristóteles fez a seus contemporâneos, Grimaldi (1980) explica que o filósofo não pretendeu negar que as emoções sejam parte da retórica, mas que, ao se dedicarem apenas a despertar respostas emocionais, aqueles escritores limitaram-se a uma pequena parte dessa arte. Aristóteles está questionando ainda o uso indevido das emoções por esses oradores e o incentivo que estão dando a uma espécie de prática demagógica (GRIMALDI, 1980).

Em 1356b a definição dada por Aristóteles é a seguinte:

Chamo entimema ao *silogismo retórico* e exemplo à indução retórica. (*Rhet.*, 1356b, destaque nosso)

Grimaldi (1980) considera importante a relação que Aristóteles estabelece entre o silogismo retórico, o entimema e o signo, tendo em vista que a teoria dos signos, desenvolvida na *Retórica* e nos *Analíticos Anteriores*, é apresentada em termos de

argumentação silogística<sup>13</sup>. Reproduzimos algumas passagens citadas por Grimaldi (1980) que corroboram essa relação.

E, posto que os entimemas derivam de probabilidades e sinais, [...] (*Rhet.* 1357a)

Os entimemas formulam-se a partir de quatro tópicos e estes quatro são: a probabilidade, o exemplo, o *tekmérion*, o sinal; (*Rhet.* 1402b)

O entimema é um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos. (*An. Pr.* 70a)

[...] as probabilidades e os sinais são premissas retóricas. Porque, em geral, todo o silogismo se constrói a partir de premissas, e o entimema não é mais do que um silogismo que se deduz das ditas premissas (*Rhet.* 1359a)

Se, nesse caso, enunciarmos uma única premissa, obtemos apenas um signo; mas se, além desta, aduzirmos outra premissa, obtemos um silogismo, [...] (*An. Pr.* 70a)<sup>14</sup>

O signo, pelo contrário, pretende ser uma proposição demonstrativa, seja necessária, seja provável, algo que implica outro algo, seja anterior, seja posterior, eis o que é um signo da produção ou da existência de outro algo. (*An. Pr.* 70a)

De entre os sinais, um é como o *particular em relação ao universal*; por exemplo, um sinal de que os sábios são justos é que Sócrates era sábio e justo. Este é na verdade um sinal, mas refutável, embora seja verdade o que se diz, pois não é susceptível de raciocínio por silogismo. O outro, o sinal necessário, é como alguém dizer que é sinal de uma pessoa estar doente o ter febre, ou de uma mulher ter dado à luz o ter leite. E, dos sinais, este é o único que é um *tekmérion*, um argumento concludente, pois é o único que, se for verdadeiro, é irrefutável. É exemplo da *relação do universal com o particular* se alguém disser que é sinal de febre ter a respiração rápida. Este, porém, é também refutável, embora verdadeiro, pois é possível ter a respiração ofegante mesmo sem febre. (*Rhet.* 1357b) (destaque nosso)

Fica, pois, até aqui explicado o que é uma probabilidade, um sinal e um *tekmérion*, bem como o que os distingue. Foi, porém, nos *Analíticos* que estes foram mais explicitamente tratados, bem como a razão pela qual certas proposições são impróprias para o silogismo e outras são adequadas à sua formação. (*Rhet.* 1357b)

Aristóteles analisa com mais profundidade o problema do tipo de conhecimento fornecido por entimemas com base em *tekméria* em *An. Post.* 75a: aqui, em uma discussão sobre a natureza das premissas necessárias para a demonstração científica, a saber, proposições expressando atributos essenciais e necessários, Aristóteles observa que mesmo *silogismos com base em tekméria* (já que, afirma Grimaldi, o *tekmérion* sozinho expressa uma relação necessária) não resultam em demonstração científica (GRIMALDI, 1980). Em outras palavras, os silogismos com base em *tekméria* dão

<sup>13</sup> Por essa razão mantivemos aqui os comentários de Grimaldi, embora retomem, em parte, o assunto da seção anterior.

<sup>14</sup> Neste trecho Grimaldi (1980) observa que, considerando o contexto e a sequência lógica do texto, o que aqui se obtém é na verdade o entimema.

conhecimento acerca da necessidade da conclusão, demonstram o *fato* da conclusão, mas não demonstram o *conhecimento do fato* alegado na conclusão, o que quer dizer, não fornecem conhecimento do por que a conclusão é necessária (GRIMALDI, 1980). Este último ponto é explicado um pouco mais em *An. Post.* 99a, em que Aristóteles discute a natureza do termo médio como uma causa da conclusão (GRIMALDI, 1980). A partir de seu argumento, fica claro que o signo – no caso, o *tekmérion*, quando usado como termo médio – não é um constituinte essencial do termo maior. Consequentemente, quando inferimos uma conclusão por meio de tal termo médio, só sabemos o *fato* da conclusão, a saber, dado o *tekmérion*, necessariamente temos o significado na conclusão, mas não sabemos a *razão do fato* presente na conclusão, ou seja, por que necessariamente temos a coisa significada (GRIMALDI, 1980). Por outro lado, se o *tekmérion* fosse conhecido como um constituinte essencial do termo maior, perceberíamos que neste termo médio teríamos a definição do termo maior e assim saberíamos porque a conclusão é necessária (GRIMALDI, 1980).

## 2 DOCTRINAS TRADICIONAIS DO ENTIMEMA

O entimema é tradicionalmente entendido (e ensinado) como um tipo de silogismo incompleto em que uma das premissas se faz ausente, sendo esta provida pela audiência do discurso.

Na nota de rodapé, Júnior, Alberto e Pena sintetizam (2005, p.100):

O entimema foi posteriormente entendido como um silogismo abreviado, em que uma das premissas, geralmente a maior, não se expressava. Por exemplo: “Sócrates é mortal porque é homem”; ou, na ordem inversa, “Se Sócrates é homem é mortal”. Em ambos os casos se assume que “todos os homens são mortais”.

Para Alexandre de Afrodísias, o entimema pode resultar em uma proposição a partir de apenas uma premissa, sendo que a outra premissa é conhecida e pode ser suprida pelo público (*Top.* 9,10-15). O exemplo utilizado pelo comentador é “esse homem merece ser punido, já que é um traidor” (*Top.* 9,10-15). Neste caso, a audiência supre, como evidente, a premissa de que “todo traidor deve ser punido” (*Top.* 9,10-15). Não teríamos, nesse exemplo, um silogismo em sentido estrito, mas um silogismo retórico, ou seja, um entimema (*Top.* 9,10-15). Nas situações em que a parte omitida é desconhecida, não se pode formar um silogismo pelo entimema (*Top.* 9,10-15)

### 2.1 COPE

O acadêmico oitocentista inglês Edward Meredith Cope é constantemente mencionado por seus trabalhos sobre a *Retórica* de Aristóteles, entre os quais se inclui uma tradução comentada, de 1877. É precisamente no segundo volume dessa obra que Cope manifesta sua adesão ao que chamamos de doutrina tradicional: o entimema é, sobretudo, uma questão de forma. Curiosamente, em sua obra de introdução à *Retórica*, Cope rejeita a doutrina tradicional, mas a retoma, no mesmo texto, na nota de rodapé, fazendo referência a um posicionamento anterior. Faria sentido concluir que essa obra introdutória teria sido publicada após 1877 e que Cope estivesse fazendo referência ao posicionamento tradicional emitido em sua tradução. Parece, no entanto, não ser o caso: *An Introduction to Aristotle's Rhetoric* foi publicada em 1867; resta saber em que obra estaria esse posicionamento anterior ao qual Cope se refere. Não obstante, no momento, é suficiente entendermos que, em sua tradução, Cope reforça a opinião emitida na *Introduction* (feita, afinal, em nota de rodapé).

De acordo com Aristóteles, “o entimema é um silogismo” (*Rhet.* 1359b), e “a demonstração retórica é o entimema” (*Rhet.* 1355a) – a partir dessas passagens, Cope (1867) estatui que o entimema, na retórica, ocupa o lugar do silogismo na dialética e nas demonstrações, ainda que o entimema não constitua uma forma própria de demonstração e admita os indícios prováveis como principal instrumento de prova para a retórica.

Cope (1867) compara as definições de entimema encontradas nos *Analíticos Anteriores* (70a) e na *Retórica* (1357a), indicando que, no primeiro caso, o termo *ateles* (ἀτελής) está ausente.

O entimema é um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos. (*An. Pr.* 70a)

[...] e o entimema como silogismo, formado de poucas premissas e em geral menos do que as do silogismo primário. (*Rhet.* 1357a)

A primeira definição seria a que melhor expressa a essência do entimema, ou seja, o seu gênero – silogismo – e, ao mesmo tempo, aquilo que o distingue de outros tipos de silogismo (COPE, 1867). A diferença essencial é esta: suas premissas e conclusões nunca são mais do que prováveis e contingentes, o que decorre da natureza dos materiais que lhe são próprios: as ações, os motivos e as emoções humanas (COPE, 1867). O acréscimo à definição feito na *Retórica*, normalmente apontado pelos estudiosos como uma propriedade distintiva e essencial, na verdade não o é, como W. Hamilton mostrou em detalhes em seu estudo<sup>15</sup>, já que um silogismo obtido a partir de signos e probabilidades e expresso com todos os seus termos – premissas e conclusões – seria ainda um entimema, tanto quanto um silogismo do mesmo tipo expresso de maneira abreviada (COPE, 1867).

Sem embargo, a supressão de uma das premissas ou da conclusão é tão invariavelmente presente no uso ordinário desse tipo de silogismo, que talvez possa ser considerado o que Aristóteles teria chamado um “acidente inseparável” do entimema; a passagem da *Retórica* acima reproduzida (1357a) trataria, de acordo com Cope (1867), dessa acepção.

Mas se é assim, se Cope está em acordo com Hamilton, como situá-lo entre os autores que apresentam um entendimento tradicional do entimema?

<sup>15</sup> *Lectures on Logic* (1860), vol. III, XX, p. 386.

Conforme expusemos, estranhamente, na mesma página, na nota de rodapé, Cope manifesta sua discordância de Hamilton, da seguinte maneira.

Alega Cope (1867) que se a única diferença entre o entimema e o silogismo reside no caráter de probabilidade do primeiro em oposição à certeza do segundo, não haveria distinção entre o entimema e o silogismo dialético, cujos insumos e conclusões são nada além de prováveis. Obviamente, conclui, a diferença está na forma: o silogismo é completo em todas as suas partes; o entimema incompleto, uma das premissas ou a conclusão está invariavelmente ausente (COPE, 1867).

Havendo necessidade de mais justificativas, a relação do exemplo para a indução é similar, assevera Cope (1867). O exemplo é uma indução incompleta: uma inferência geral derivada de uma única instância, e não a partir do apanhado exaustivo de instâncias similares (COPE, 1867). O argumento de que um silogismo baseado em probabilidades expresso por extenso constitui um entimema tanto quanto um silogismo do mesmo tipo expresso de forma abreviada repousa sobre uma razão totalmente infundada, que assume a teoria a ser comprovada e nos apresenta uma petição de princípio (característica marcante de Hamilton, segundo Cope) (COPE, 1867). Se, conforme Aristóteles também parece implicar a partir de sua insistência na *Retórica*, a distinção característica entre entimema e silogismo dialético reside na incompletude do primeiro, o silogismo completo não é a mesma coisa que o entimema incompleto (COPE, 1867).

Conclui Cope (1867) que, se a distinção específica entre entimema e silogismo dialético reside na incompletude do primeiro, conforme Aristóteles também parece implicar a partir de sua insistência na *Retórica*, o silogismo completo não é a mesma coisa que o entimema incompleto.

Com efeito, nos comentários à sua tradução da *Retórica*, editada dez anos mais tarde, conforme vimos, Cope ratifica esse entendimento.

O entimema difere do silogismo dialético apenas na forma; o conteúdo de ambos é provável e de extensão ilimitada (COPE, 1877). Dialéticos e oradores debatem e inferem sobre qualquer assunto, seja qual for; a diferença é simplesmente essa: o dialético mantém rigorosamente a forma do silogismo, com suas três proposições, premissa maior, menor e conclusão; o retórico nunca expressa todas as três – se o faz,

seu entimema se torna um silogismo comum – apesar de sua argumentação ou inferência derivar toda a validade do raciocínio silogístico, do qual o entimema é um tipo (COPE, 1877).

## 2.2 JOYCE

Em sua obra *Principles of logic* (1916), George H. Joyce, antes de adentrar na discussão sobre o entimema, trata da expressão de argumentos em forma silogística; vale a pena nos ocuparmos, ainda que brevemente, dessa lição.

De acordo com Joyce (1916), sempre que nos deparamos com um argumento que retira sua conclusão sobre um caso particular a partir de um princípio geral, o argumento é silogístico, ainda que o silogismo não seja expresso por completo; nesse sentido, o autor apresenta uma comparação curiosa:

Um argumento apresentado com toda a sua parafernália de [premissa] maior, menor e conclusão pode ser comparado a um espécime de besouro exposto para exibição. Quando em liberdade e vivo, não está acostumado a exibir seus membros de uma maneira tão conveniente para o entomologista. (JOYCE, 1916, p.193)

De modo semelhante, seja na conversação ordinária ou por escrito, Joyce (1916) alega que não expressamos cada passo de nosso argumento, omitindo uma das premissas ou a conclusão, deixando que nossos ouvintes a forneçam, ou ainda, acrescentando uma pergunta retórica. Joyce (1916) traz alguns exemplos, que reproduzimos a seguir, adaptados.

O primeiro exemplo é:

Esse empreendimento está fadado ao fracasso. Nenhum empreendimento, cujos promotores carecem de precaução e prudência, dá certo (JOYCE, 1916, p.193).

Esse exemplo pode ser expresso pelo silogismo (JOYCE, 1916, p.193),

Nenhuma empresa, a cujos promotores faltem precaução e prudência, é bem-sucedida.

Este empreendimento é um empreendimento a cujos promotores faltam precaução e prudência.

∴ Este empreendimento não terá sucesso.

No exemplo seguinte temos:

Há uma razão autêntica para se suspeitar de muitos julgamentos baseados no senso comum, uma vez que esses traduzem, em grande parte, a opinião geral dos homens com base na mera percepção sensorial, sem a correção que a reflexão madura oferece (JOYCE, 1916, p.193).

A expressão silogística deste exemplo seria (JOYCE, 1916):

P1. Todas as opiniões gerais, baseadas na mera percepção dos sentidos e sem [...], devem ser consideradas suspeitas.

P2. Muitos julgamentos de senso comum são opiniões gerais, baseadas na mera percepção sensorial [...]

∴ Muitos julgamentos de bom senso devem ser considerados suspeitos.

Por fim, o último exemplo fornece um caso em que um dos membros é expresso como uma pergunta retórica:

Pode algum general, cujo exército está desencorajado, alcançar a vitória? Esse foi o seu caso; e aí está a causa de seu fracasso (JOYCE, 1916, p.194).

Esse exemplo pode ser expresso (JOYCE, 1916):

P1. Nenhum general cujo exército esteja desencorajado é vitorioso.

P2. Ele era um general cujo exército estava desencorajado.

∴ Ele não foi vitorioso.

Pois bem, passando propriamente ao entimema, Joyce (1916) traz uma distinção entre “entimema” e “entimema aristotélico”; comecemos pelo primeiro.

De acordo com Joyce, o entimema é um silogismo resumido, obtido pela omissão de uma premissa ou da conclusão, constituindo a “maneira usual em que o raciocínio silogístico é expresso verbalmente” (JOYCE, 1916, p.252). O autor assinala, conforme exposto anteriormente, que, embora nosso raciocínio se dê em forma de silogismos, sempre que partimos de um princípio geral a um caso particular, ainda assim, não expressamos usualmente cada uma das três etapas constituintes desse raciocínio: geralmente consideramos suficiente quando nossas palavras são capazes de traduzir aos ouvintes, com clareza e precisão, o significado pretendido; isso, diz Joyce (1916), pode ser feito empregando-se o entimema no lugar do silogismo totalmente expresso. O Joyce (1916) afirma que em qualquer exposição racional, é possível confirmar que a forma mais curta é empregada com mais frequência do que a forma mais longa e completa – vimos isso acima quando o autor tratou da expressão de argumentos em forma silogística. Está claro, para Joyce (1916), que a distinção entre o entimema e o silogismo é uma questão de linguagem, não de pensamento.

Podemos notar que Joyce faz distinção entre raciocínio silogístico e silogismo: o primeiro seria qualquer argumento derivado de um princípio geral; o silogismo seria a *expressão formal* do argumento (com premissas e conclusão).

Os argumentos cotidianos são normalmente expressos de forma incompleta, mas nem por isso deixam de caracterizar o raciocínio silogístico, já que obtém uma conclusão a partir de um princípio geral. Esses argumentos cotidianos incompletos podem ser formalizados por meio de silogismos (acrescentando-se a premissas ausentes) ou entimemas.

Conforme a omissão é feita da premissa maior, da premissa menor ou da conclusão, o entimema é considerado de primeira, segunda e terceira ordem (JOYCE, 1916). Joyce (1916) toma de Hamilton alguns exemplos, que descrevemos brevemente abaixo, com adaptações.

O exemplo de argumento completo em forma silogística é o seguinte (JOYCE, 1916, p.253):

Todo mentiroso é um covarde.

Caio é um mentiroso.

∴ Caio é um covarde.

A representação desse exemplo como um entimema de primeira ordem seria (JOYCE, 1916, p.253):

Caio é um mentiroso.

∴ Caio é um covarde.

O entimema de segunda ordem, com a supressão da premissa menor (JOYCE, 1916, p.253):

Todo mentiroso é um covarde.

∴ Caio é um covarde.

Por fim, o entimema da ordem terceira, que suprime a conclusão, é (JOYCE, 1916, p.253):

Todo mentiroso é um covarde.

Caio é um mentiroso.

Joyce (1916) explica que o último exemplo (entimema de terceira ordem), que meramente enuncia as premissas e deixa a conclusão a cargo dos ouvintes, é muito mais eficaz retoricamente do que o silogismo explícito.

Joyce passa a tratar de outros conceitos relacionados ao silogismo, indiretamente ligados à sua explicação do entimema, mas que, apesar de tangenciais, reputamos válida sua discussão aqui.

Joyce (1916) explica que, em qualquer argumento, os silogismos podem formar uma série conectada, sendo que a conclusão de um argumento é usada para formar a premissa de outro. Quando isso ocorre, diz-se que temos uma cadeia de raciocínio ou *polissilogismo* (JOYCE, 1916). O silogismo, cuja conclusão se torna a premissa do outro, é denominado *prosilogismo*; aquele que adota essa conclusão como uma de suas premissas é chamado de *episilogismo* (JOYCE, 1916).

Joyce (1916) oferece o seguinte exemplo, em que a premissa maior é fornecida em cada caso pelo prosilogismo.

(1)

Aqueles que preferem o bem maior ao menor são sábios.

Aqueles que sacrificam coisas temporais para obter ganhos eternos, preferem o bem maior ao menor.

(2)

∴ Aqueles que sacrificam coisas temporais para ganhar eternos, são sábios.

Os mártires eram homens que sacrificaram coisas temporais para ganhar o eterno.

(3)

∴ Os mártires eram sábios.

Os dezoito cartuxos foram mártires.

∴ Os dezoito cartuxos eram sábios.

O próximo exemplo ilustra o caso em que a premissa menor é aquela a ser tomada por empréstimo:

(1)

Todos os atos de agressão são injustos.

A campanha de Napoleão contra a Rússia foi um ato de agressão.

∴ A campanha de Napoleão contra a Rússia foi injusta.

(2)

Todos os atos injustos merecem falhar em sua intenção.

A campanha de Napoleão contra a Rússia foi injusta.

∴ A campanha de Napoleão contra a Rússia mereceu fracassar em sua intenção.

Joyce (1916) explica que, em cada exemplo, temos um *raciocínio progressivo*, passando do prosilogismo ao episilogismo. Outros casos há, entretanto, em que a conclusão final é declarada primeiro e as premissas que a estabelecem são apresentadas em seguida, como justificativas; por sua vez, a demonstração dessas premissas segue de maneira semelhante: esse modo de apresentar um argumento é denominado (raciocínio) *regressivo* (JOYCE, 1916). Por exemplo:

(1)

A lógica merece estudo: já que

Todas as ciências merecem estudo,

E a lógica é uma ciência.

(2)

Agora, todas as ciências merecem estudo: já que,

Qualquer coisa que ajude a aperfeiçoar o intelecto merece estudo,

E todas as ciências ajudam a aperfeiçoar o intelecto.

Prosseguindo, Joyce (1916) expõe a definição de *epiquirema*, que consiste em um silogismo em que ao menos uma das premissas é acompanhada da respectiva prova<sup>16</sup>. Assim (JOYCE, 1916, p.256):

Tudo o que é espiritual é imortal; pois é incapaz de corrupção.

A alma humana é espiritual.

∴ A alma humana é imortal.

Ver-se-á que o epiquirema equivale a um polissilogismo regressivo: o episilogismo é expresso por extenso e o prosilogismo aparece como um entimema (JOYCE, 1916). No exemplo dado, o entimema, quando escrito por extenso, fica (JOYCE, 1916, p.256):

---

<sup>16</sup> Joyce (1916) explica que quando uma premissa está acompanhada de explicação, temos uma epiquirema *simples*; quando ambas as premissas estão assim apoiadas, o silogismo é chamado de epiquirema *duplo*.

Tudo o que é incapaz de corrupção é imortal.

Tudo o que é espiritual é incapaz de corrupção.

Tudo o que é espiritual é imortal.

Passando propriamente à discussão do “entimema aristotélico”, Joyce (1916) esclarece que o Estagirita utilizava o termo em um sentido diferente, como sinônimo de “silogismo retórico”. Com essa expressão, Aristóteles

reconhece que, embora os processos de raciocínio sejam sempre fundamentalmente os mesmos, a maneira como os aplicamos será muito diferente de acordo com a classe de questões tratadas (JOYCE, 1916, p.253).

É desejável alguma explicação acerca do “silogismo retórico” em *termos lógicos*, ainda que apenas para mostrar como o raciocínio demonstrativo pode ser substituído por algo estreitamente análogo, nos casos em que esse raciocínio é impossível (JOYCE, 1916).

Segundo Joyce (1916), no caso da ciência, o silogismo perfeito se constitui como o método de raciocínio apropriado, já que as suas conclusões seriam pouco úteis e convincentes se não fosse possível recorrer a algum princípio indubitável e universal. Mas, na retórica, diz Joyce (1916), o objetivo é principalmente influenciar a vontade; portanto, quando o orador apela para um princípio ou fundamento, é suficiente que esse princípio se verifique na maioria dos casos, oferecendo assim um motivo razoável para que a audiência chegue à conclusão desejada pelo orador – ou seja, não é preocupação do orador obter algo que se assemelhe a uma prova conclusiva. Onde tais princípios não existem, o orador aponta para algum fato que pode servir como um “sinal” ou “evidência” de que seu ponto de vista está correto (JOYCE, 1916).

Daí se segue a definição do entimema como “um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos” (*An. Pr.*, 70a) (JOYCE, 1916). A probabilidade, esclarece Joyce (1916), é uma proposição que geralmente é verdadeira, e, portanto, oferece uma base para uma conclusão provável. O exemplo fornecido por Joyce é (JOYCE, 1916, p.254):

Aqueles que vivem isolados do mundo são como crianças nos negócios.

Os residentes de faculdades vivem isolados do mundo.

∴ Eles são como crianças nos negócios.

Por sua vez, o signo “é algum fato que fornece evidência para a verdade de algum princípio geral ou para a existência de algum outro fato” (JOYCE, 1916, p.254). Joyce (1916) passa a explicar como o argumento pode ser enquadrado em cada figura do silogismo, com resultados diferentes em cada caso (JOYCE, 1916). Vejamos.

O silogismo está na primeira figura se o signo (*s*) é um *efeito* do fato em questão e uma indicação infalível de sua presença, caso em que é perfeitamente conclusivo (JOYCE, 1916):

Onde quer que haja fumaça, há fogo.

Essa casa está emitindo fumaça (*s*).

∴ Nessa casa há um incêndio.

Joyce (1916) explica que o signo pode também ser uma instância individual, a partir da qual concluímos a existência de uma lei geral, p.e., “os sábios são bons, pois Pítaco é bom”, que é, na verdade, um silogismo da terceira figura, da seguinte forma:

Pítaco é bom (*s*).

Pítaco é sábio.

∴ Os sábios são bons.

O argumento viola as regras do silogismo válido (que trouxemos anteriormente, na síntese de Salmon, 1973); a única conclusão legítima é apenas que “alguns homens sábios são bons” (JOYCE, 1916).

Quando o argumento baseado em signo se enquadra na segunda figura, tem menos valor ainda, afirma Joyce (1916), visto que as premissas não justificam nem mesmo uma conclusão particular, como pode ser observado no exemplo (JOYCE, 1916):

Assassinos tremem na presença do homem assassinado,

Este homem treme na presença do homem assassinado. (*s*)

∴ Este homem é o assassino.

Sobre o sentido etimológico de entimema, Joyce (1916) sugere que o termo parece fazer referência ao resultado de um “ato de reflexão”, usado para significar o pensamento sugerido por algo ou alguém. Joyce, citando Mansel, diz que, “o termo é naturalmente aplicável às sugestões ou argumentos persuasivos da retórica, distintos das demonstrações da ciência” (JOYCE, 1916, p.255).

Não obstante, Joyce (1916) reconhece que não está claro como o termo deixou de ter esse significado e passou a ser empregado pelos estudiosos para denotar os silogismos abreviados. Possivelmente, sugere o autor (JOYCE, 1916), a explicação se encontra em um trecho da *Retórica* no qual Aristóteles diz que, se uma das premissas for bem conhecida do público, o orador deve omiti-la. Joyce (1916) não especifica as linhas, mas provavelmente se refere à seguinte passagem:

[...] e o entimema como silogismo, formado de poucas premissas e em geral menos do que as do silogismo primário. Porque se alguma destas premissas for bem conhecida, nem sequer é necessário enunciá-la; pois o próprio ouvinte a supre. (*Rhet.* 1357a)

### 2.3 BITZER

Lloyd Bitzer (1959) assevera que, a despeito da importância conferida por Aristóteles ao entimema, o leitor da *Retórica* não encontra nessa obra nenhuma definição inequívoca do termo. Ross, na citação de Bitzer (1959, p.399), registra “O entimema é discutido em muitas passagens da *Retórica*, e é impossível extrair delas uma teoria completamente consistente sobre sua natureza”.

Bitzer (1959) passa a examinar as formulações acerca do entimema postuladas por seus pares, com base nas descrições de Aristóteles; segundo Bitzer (1959), cada um (com exceção de Cooper) tenta definir o entimema mostrando como ele difere do silogismo dialético ou científico.

Cooper, observa Bitzer, frente às dificuldades em determinar o significado intencionado por Aristóteles, sugere que simplesmente entrevemos os bons discursos a fim de entender o que é o entimema: “Os argumentos que bons oradores de fato utilizam na persuasão são entimemas” (BITZER, 1959, p.399). Bitzer (1959) registra que Cooper define o entimema não por meio da enumeração de suas características ou de como se difere de outros tipos de argumentos, mas apontando onde podem ser encontrados – em discursos convincentes feitos por grandes oradores. Essa noção será retomada por Bitzer em sua própria formulação; por enquanto, porém, a descrição de Cooper é posta de lado, pois não ajuda a compreender exatamente o que é o entimema, já que não determina quais atributos fazem do entimema a “substância” da persuasão retórica (BITZER, 1959).

Para Bitzer (1959), a definição de Baldwin é mais específica: por entimema, sustenta Baldwin, Aristóteles quer dizer a prova concreta aplicável aos assuntos humanos, os argumentos tais como são realmente aplicados nas discussões reais – o entimema, nesse sentido, não é inferior ao silogismo, é simplesmente diferente. Em outro momento, Baldwin registra que a dedução abstrata se resume no silogismo e a dedução concreta, no entimema. No parecer de Bitzer (1959), Baldwin acredita que o entimema é bem diferente do silogismo e que a marca da diferença é sua concretude.

Conforme Bitzer (1959), tanto Cope quanto De Quincey afirmam, por sua vez, que o elemento mais importante do entimema é o fato de ser estabelecido sobre probabilidades e que esse elemento o distingue do silogismo “normal”. De Quincey sustenta que a diferença entre entimema e silogismo reside na natureza da matéria de que tratam: certa e apodítica no caso do silogismo próprio, e, no caso do entimema, provável e derivada da opinião (BITZER, 1959). Cope, pelo menos em um primeiro momento, parece concordar que a única diferença essencial entre silogismo e entimema é que um leva ao necessário e universal, o outro apenas a uma conclusão provável (BITZER, 1959).

Bitzer (1959) acentua, a partir da definição proposta por McBurney, dois outros traços significativos dos entimemas: a base probabilística das premissas e a prevalente ausência de validade formal. McBurney, na citação de Bitzer, registra que

Tanto a dialética quanto a retórica se diferenciam da demonstração científica pelo fato de lidarem com probabilidades e não tentarem a prova apodítica no sentido em que aparecem na demonstração científica. Talvez nenhuma outra passagem de Aristóteles mostre com mais força o ponto de que várias formas do entimema são *formalmente deficientes* do que essas explicações que tratam da refutação de entimemas. Este é um ponto extremamente importante que é quase universalmente esquecido. Muitos argumentos retóricos que são perfeitamente legítimos no discurso racional e que podem estabelecer altos graus de probabilidade, são formalmente deficientes; ou seja, eles não podem ser lançados em um silogismo formalmente válido. Muitos entimemas que são totalmente aceitáveis do ponto de vista do discurso convincente são formalmente deficientes do ponto de vista do silogismo apodítico. (BITZER, 1959, p.400, ênfase no original)

Conforme sumariza Bitzer (1959), os autores pesquisados sustentam que o entimema é distinto por causa de (1) sua base na probabilidade; (2) sua concretude; e (3) sua frequente deficiência formal<sup>17</sup>. Apontadas essas características, Bitzer assume a

---

<sup>17</sup> Como é possível notar, os autores pesquisados por Bitzer parecem não consentir com o elemento nuclear da doutrina tradicional, qual seja, que o entimema é um silogismo com uma premissa ou conclusão suprimida; pode-se questionar então a razão de situar Bitzer aqui nesta seção. Como veremos,

tarefa de mostrar como as definições oferecidas por esses autores podem não distinguir o entimema de outros tipos de silogismo de modo satisfatório, embora certamente nomeiem características que os entimemas geralmente apresentam (BITZER, 1959).

Conforme visto, a distinção entre silogismo e entimema feita por Cope e De Quincey está fundamentada na natureza provável do entimema, ao passo que o silogismo deve ser sempre certo e necessário; mas essas definições, explica Bitzer (1959), falham em levar em conta que Aristóteles afirma expressamente que às vezes o entimema começa com proposições certas e necessárias e que às vezes a conclusão é necessária:

[...] é evidente que, das premissas de que se formam os entimemas, umas serão necessárias, mas a maior parte é apenas frequente (*Rhet.* 1357a)

[...] demonstrar que, de certas premissas, pode resultar uma proposição nova e diferente só porque elas são sempre ou quase sempre verdadeiras, a isso chama-se em dialética silogismo e entimema na retórica. (*Rhet.* 1356b)

E não se devem tirar conclusões somente a partir das premissas necessárias, mas também das que são pertinentes a maior parte das vezes. (*Rhet.* 1396a)

A partir desses trechos, prossegue Bitzer (1959), parece evidente que não há uma diferenciação nítida entre silogismo e entimema com base na probabilidade, uma vez que as proposições entimemáticas também podem ser certas e necessárias.

McBurney, por sua vez, prossegue Bitzer (1959), reconhece como parte essencial da definição do entimema a descrição que Aristóteles fornece nos *Analíticos Anteriores*, 70a (“o entimema é um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos”), compartilhando com Cope e De Quincey o entendimento segundo o qual as premissas dos entimemas são meramente prováveis; além disso, McBurney parece sustentar que a deficiência formal típica da maioria dos entimemas é um traço distintivo significativo. Bitzer (1959), no entanto, discorda que essas duas características sejam capazes de distinguir o entimema.

Em primeiro lugar, aponta Bitzer (1959), McBurney, apesar de reconhecer corretamente que tanto a dialética quanto a retórica tratam de probabilidades (*Rhet.* 1357a) e que nenhuma dessas disciplinas tratam de assuntos invariáveis (*Top.* 104a) e que, por essa razão, tanto a dialética quanto a retórica diferenciam-se da demonstração científica, erra ao inferir que os entimemas *devem*, por isso, ser prováveis. Com efeito,

---

ao mesmo tempo em que esse elemento não é o principal alvo da crítica de Bitzer, o autor defende outra característica proeminente dessa tradição.

Aristóteles indica que existe um tipo de entimema que atende aos requisitos da demonstração científica:

[...] há ainda os [entimemas, *scil.*] que se tiram do necessário e do que sempre é, por meio do *tekmérion*; (*Rhet.* 1402a)

Quanto às provas concludentes e aos entimemas baseados nelas, não é possível refutá-los argumentando que são impróprios de um silogismo [...]. Assim sendo, o único caminho que nos resta é mostrar que o argumento alegado não tem qualquer pertinência. Mas, se se admitir que é pertinente e que constitui uma prova conclusiva, então torna-se irrefutável e tudo se converte numa demonstração evidente. (*Rhet.* 1403a)

Temos, portanto, que sempre que encontramos entimemas baseados em signos infalíveis (*tekmérion*), estamos diante de argumentos verdadeiramente demonstrativos, apoiados em premissas inevitáveis e invariáveis; esses argumentos, encontrados tanto na ciência quanto na retórica, podem ser materialmente certos e formalmente válidos (BITZER, 1959).

Além disso, prossegue Bitzer (1959), há alguma incerteza sobre a suposição (subentendida na interpretação de McBurney) de que a demonstração científica deve sempre começar com premissas universais e necessárias. Bitzer (1959) indica a posição de Ross, segundo o qual Aristóteles está disposto a construir uma ciência sobre premissas que são verdadeiras “na maior parte”:

É digno de nota que, enquanto Aristóteles concebe a demonstração em sentido estrito como procedente de premissas que são necessariamente verdadeiras para conclusões que são necessariamente verdadeiras, ele reconhece a demonstração (em um sentido menos estrito, é claro) como capaz de proceder de premissas verdadeiras na maior parte para semelhantes conclusões. (ROSS, 1957, p.74)

Desse modo, para Bitzer (1959), está claro que os silogismos científicos podem ser construídos a partir de premissas (bastante) prováveis e os entimemas a partir de premissas certas e necessárias; não é possível, portanto, reivindicar a probabilidade de premissas ou a probabilidade de conclusões como a característica fundamental dos entimemas.

O segundo ponto enfatizado por McBurney, segundo Bitzer (1959), é que muitos entimemas são formalmente inválidos, embora sejam ainda considerados “prova” retórica, o que constitui, para McBurney, uma distinção significativa entre entimemas e silogismos científicos. Entretanto, observa Bitzer (1959), esse ponto perde relevância quando notamos que muitos silogismos científicos também são inválidos. Se for verdade que os entimemas costumam ser formalmente deficientes, é igualmente verdade

que muitos silogismos dialéticos e científicos, também utilizados no discurso comum, são formalmente deficientes; portanto, a deficiência formal pode caracterizar tanto o entimema quanto o silogismo (BITZER, 1959).

Bitzer (1959) passa a questionar a teoria de Baldwin – resumida na ideia de que o entimema é concreto, enquanto o silogismo é abstrato – sustentando que muitos silogismos têm instâncias particulares e muitos entimemas têm ideias abstratas como objetos de suas conclusões.

Talvez a afirmação de Baldwin de que os entimemas são concretos signifique que tais argumentos, quando bem-sucedidos, sempre requerem um compromisso ou ação humana específica; mas a concretude, neste sentido, não é peculiar somente ao entimema, uma vez que os silogismos dialéticos às vezes requerem compromisso com conclusões e ação de acordo com essas conclusões, embora, como Baldwin sugere, a maioria dos entimemas provavelmente seja concreta (BITZER, 1959).

Bitzer (1959) sintetiza então os pontos até então abordados: (1) o entimema é uma espécie de silogismo que difere de alguma forma do silogismo demonstrativo e dialético; (2) a diferença essencial não deve ser encontrada na probabilidade de suas premissas, porque as declarações de Aristóteles indicam que (a) alguns entimemas têm como premissas proposições baseadas no “inevitável e invariável”, e (b) alguns silogismos científicos têm como premissas proposições que são verdadeiras “na maior parte”; (3) a deficiência formal de entimemas também não é a diferença essencial porque (a) Aristóteles sustenta que alguns entimemas (aqueles baseados em *tekmérion*) são equivalentes a demonstrações estritas; (b) no discurso comum, muitas vezes inferimos com sucesso usando silogismos dialéticos ou demonstrativos formalmente deficientes; e, por fim, (4) a diferença essencial não deve ser encontrada na concretude dos entimemas, porque (a) esse traço nem sempre caracteriza entimemas e (b) às vezes caracteriza outros tipos de silogismo.

Portanto, de acordo com Bitzer (1959), não há dúvida que a maior parte dos entimemas é provável, formalmente deficiente e concreta; mas, uma vez que nem todos os entimemas exibem essas características, não é possível, reivindicar alguma delas (ou todas) como a marca distintiva do entimema. Para avançar na formulação de uma definição consistente do entimema, resta, então, acrescenta Bitzer (1959), esclarecer

qual seria exatamente a diferença entre o entimema e o silogismo demonstrativo ou dialético.

Nos *Analíticos Anteriores*, Aristóteles distingue entre dois tipos de premissas – a demonstrativa e a dialética.

A premissa demonstrativa difere da premissa dialética em que, na premissa demonstrativa, se toma uma das duas partes da contradição, porque *demonstrar não é perguntar, é propor*; na premissa dialética *interroga-se o opositor para se escolher entre as duas partes da contradição*. Todavia, esta diferença não afecta a produção do silogismo, nem num caso, nem no outro, porque, seja a demonstrar, seja a interrogar, o silogismo constrói-se, propondo que um predicado se predica, ou não se predica, de um sujeito. Resulta, assim, que uma premissa silogística em geral consiste ou na afirmação ou na negação de algum predicado acerca de algum sujeito, tal como acabámos de expor. *É demonstrativa, se for verdadeira e obtida através dos axiomas fundamentais*, enquanto que, na premissa dialética, o que interroga pede ao opositor para escolher uma das duas partes de uma contradição, mas, desde que silogize, propõe uma asserção acerca do aparente e do verosímil, tal como já indicámos nos *Tópicos*. (*An. Pr. 24a-24b*, ênfase nossa)

Bitzer (1959) indica que, nessa passagem, há dois traços importantes a serem considerados, que distinguem premissas e silogismos demonstrativos de premissas e silogismos dialéticos. Em primeiro lugar, aquele que demonstra *propõe* suas premissas sem levar em conta a vontade do oponente; por outro lado, o dialético *interroga* acerca de suas premissas, buscando o consentimento de seu adversário e permitindo que escolha entre “as duas partes da contradição” (BITZER, 1959). Em segundo lugar, o principal requisito para o silogismo demonstrativo é que sua premissa seja “verdadeira e obtida através dos axiomas fundamentais”, enquanto o principal requisito para a silogismo dialético é que a premissa seja uma “uma asserção acerca do aparente e do verosímil” (BITZER, 1959).

Bitzer (1959) ressalva que, embora as premissas da dialética e da retórica não *precisem* ser verdadeiras e nem obtidas por meio de princípios científicos, é possível que algumas sejam assim: o orador pode muito bem adotar linhas especiais de argumentação que pertencem propriamente a outras disciplinas, incluindo as ciências.

O praticante da retórica, sustenta Bitzer (1959), assim como o dialético, não estabelece premissas, ele as solicita – as premissas que pede são noções já possuídas por seu público.

Bitzer (1959) conclui que são dois, então, os tipos de silogismo, o demonstrativo e o dialético-retórico. Uma diferença importante – talvez a diferença essencial – entre os

dois tipos está no modo como as premissas são garantidas: na demonstração, elas são *propostas*; na dialética e na retórica, as premissas são solicitadas por meio de *interrogações*<sup>18</sup> (BITZER, 1959).

Por seu turno, os dois tipos de silogismo se diferenciam, em parte, em virtude da diferença entre as funções ou objetivos das duas artes; tanto a dialética quanto a retórica *interrogam* sobre suas premissas (que podem ou não ser certas e necessárias), mas com diferentes fins em vista (BITZER, 1959).

A dialética, para acontecer, requer que as partes envolvidas concordem em algumas proposições; a retórica deve partir de premissas aceitas pelo público, porque a persuasão não pode ocorrer a menos que o público perceba que a conclusão decorre das premissas que subscreve (BITZER, 1959).

A partir do exposto, Bitzer (1959) é capaz agora de enumerar três tipos de silogismo: (1) *silogismos demonstrativos* são aqueles em que as premissas são propostas a fim de estabelecer conclusões científicas; (2) *silogismos dialéticos* são aqueles em que, para obtenção das premissas, “interroga-se o opositor para se escolher entre as duas partes da contradição”; (3) o mesmo método se aplica aos *silogismos retóricos*, ou entimemas, com a finalidade de se obter persuasão.

Bitzer (1959) faz referência ao acadêmico E. M. Cope, o qual alega que a definição do entimema como um silogismo com uma premissa suprimida é “totalmente inadequada”, uma vez que a supressão de uma premissa não é essencial para o entimema, e que a diferença essencial entre o silogismo e o entimema é que o primeiro leva ao necessário e universal, enquanto o segundo apenas a uma conclusão provável. Bitzer (1959) lembra que Cope alterou drasticamente sua visão mais tarde, passando a sustentar que a diferença, na verdade, é de forma: o silogismo é completo em todas as suas partes; o entimema incompleto – uma das premissas ou a conclusão é invariavelmente deficiente. A partir desse ponto, registra Bitzer (1959), Cope se refere ao entimema como um “silogismo imperfeito”, reiterando sua visão segundo a qual o entimema consiste em menos proposições do que o silogismo “normal”.

Bitzer (1959) indica que, se considerarmos o entimema como o principal instrumento de persuasão retórica, existem pelo menos dois problemas no reexame feito

---

<sup>18</sup> No inglês, *asked for*; Pinharanda utiliza o verbo *interrogar*;

por Cope. Em primeiro lugar, se entendermos o entimema apenas como um silogismo com uma ou mais premissas (ou uma conclusão) suprimidas, então temos que admitir que sempre que um filósofo negligencia uma premissa (ou seu interlocutor fornece a conclusão necessária), ele está, naquele ponto, praticando retórica em vez de dialética, independentemente de quão sucinto e rigoroso seja o seu argumento; de modo análogo, devemos também sustentar que sempre que um orador expõe plenamente suas premissas e conclusão, ele está, na realidade, praticando algo diferente da retórica (BITZER, 1959). Diante dessas dificuldades, a descrição do entimema como um “silogismo incompleto” deve ser descartada, a menos que essa expressão seja utilizada com outro sentido (BITZER, 1959).

Nota-se que o argumento de Bitzer exige que a emissão de entimemas implique automaticamente na prática da retórica (e que a emissão do silogismo completo, supostamente, na prática da dialética), exigência com a qual não podemos concordar. A partir de *Rhet.* 1357a, é possível inferir que o retórico pode enunciar entimemas com todas as premissas expressas, embora esse não seja o caso mais comum. Conforme vimos na seção 3.1, Cope (1877) diz que o retórico normalmente não expressa as três partes do silogismo; entretanto, se o faz, seu entimema se torna um silogismo comum. Quer dizer, o habitual é que o orador se manifeste por meio do entimema, mas nada impede que o faça expressando totalmente o silogismo, ocasião em que seu entimema se transforma em um silogismo (como diz Cope) – nem por isso deixou de praticar retórica.

Ademais, o entimema também é definido nos *Analíticos Anteriores*, isto é, no tratado da “teoria geral” do silogismo de Aristóteles, de modo a propiciar sua utilização pelo filósofo na prática da dialética.

Prossegue Bitzer (1959): o segundo problema na proposta de Cope é a insuficiência da explicação que ele fornece para apoiá-la – Cope sustenta que o orador não precisa declarar todas as premissas porque o ouvinte já as conhece (pelo menos a maior parte) e pode fornecê-las por si mesmo; esta é, de acordo com Bitzer (1959), uma boa razão para explicar a ausência de premissas na maioria dos entimemas, mas insuficiente para explicar a afirmação de Aristóteles de que o entimema é a “substância” da persuasão retórica.

Bitzer (1959) propõe então o uso da expressão “silogismo incompleto” em um sentido especial, capaz de expressar muito do que Aristóteles quer dizer com o termo entimema, evitando, ao mesmo tempo, os desafios que acompanham a definição de Cope. Dizer que o entimema é um silogismo incompleto (isto é, um silogismo com uma ou mais premissas suprimidas) significa que o orador não *propõe* suas premissas, mas permite que seu público as forneça a partir de suas próprias opiniões e conhecimento (BITZER, 1959). Omitir a premissa é logicamente irrelevante, embora expressá-la muitas vezes é sinal de redundância e de “mau gosto retórico” (BITZER, 1959); o que certamente é de grande importância para a retórica *é que as premissas dos entimemas sejam fornecidas pelo público* (BITZER, 1959).

Outra maneira de articular essa ideia é imaginar que o orador e o dialético não podem, sozinhos, engendrar completamente seus argumentos, porque uma parte dos “materiais” necessários está ausente: aos argumentos retóricos faltam as premissas que o público traz consigo e disponibiliza ao orador hábil no momento adequado; aos argumentos dialéticos faltam as premissas que o interlocutor fornece quando escolhe “entre as duas partes da contradição” (BITZER, 1959). Em ambos os casos, a relação entre o retórico e o dialético e suas audiências é equivalente: a produção efetiva de argumentos depende da cooperação recíproca entre as partes (BITZER, 1959).

Sem embargo, Bitzer (1959) chama a atenção para uma importante diferença entre os tipos de cooperação que ocorrem na retórica e na dialética, que esclarece ainda mais a distinção entre o silogismo dialético e o entimema. Na dialética, a interação entre o questionador e seu interlocutor assume a forma de pergunta e resposta: aquele que responde contribui verbalmente com premissas para a construção de silogismos dialéticos – o objetivo é a análise da própria posição do entrevistado (BITZER, 1959). Na retórica, a interação entre orador e audiência adquire outra forma, já que o discurso contínuo, típico do retórico, não permite que ele obtenha premissas de sua audiência por meio de perguntas e respostas; temos, diversamente, uma forma de interação que tem sua “contraparte” na dialética, o entimema, que equivale, para a retórica, ao que o método de pergunta e resposta representa para a dialética (BITZER, 1959). O orador extrai as premissas para suas demonstrações a partir de proposições que os integrantes de sua audiência forneceria, caso conduzisse sua investigação de acordo com o método dialético (por pergunta e resposta); os silogismos produzidos dessa forma pelo orador e pela audiência são precisamente os entimemas (BITZER, 1959).

O que deve ser acentuado é que os entimemas acontecem justamente quando o orador e o público os produzem conjuntamente; por essa razão, por se sustentarem na união entre orador e público, Bitzer (1959) alega que os entimemas constituem as provas mais convincentes. Considerando que o objetivo do discurso retórico é a persuasão e que os argumentos retóricos, ou entimemas, são moldados a partir de premissas fornecidas pelo público, eles têm a virtude de ser “auto persuasivos” – o orador habilidoso ajuda o próprio público a construir as provas pelas quais é persuadido (BITZER, 1959). Esta é a razão, opina Bitzer (1959), pela qual Aristóteles chama os entimemas de “substância” da persuasão retórica e pode ser a razão para a observação de Cooper de que os entimemas são encontrados nos discursos reais de bons oradores.

## 2.4 COPI

Em sua renomada *Introdução à Lógica* (1978), o filósofo estadunidense Irving M. Copi faz sua exposição acerca do entimema. Sua explicação constitui a síntese do que é tido como a doutrina tradicional do entimema.

Copi (1978) explica que embora o raciocínio silogístico seja frequentemente utilizado, sua expressão na forma “completa”, ou seja, com as premissas e conclusão declaradamente enunciadas, é mais exceção que regra; normalmente, parte do argumento é expressa, ficando a outra parte subentendida. No exemplo utilizado por Copi, a conclusão de que “Jones é um cidadão” pode ser justificada mediante a menção apenas da premissa: “Jones é um americano nato” (COPI, 1978, p.208): o argumento assim enunciado é incompleto, mas a premissa ausente é encontrada facilmente (trata-se de uma proposição bastante conhecida em seu país). O argumento completo seria (COPI, 1978, p.208, adaptado):

Todos os americanos natos são cidadãos.

Jones é um americano nato.

∴ Portanto, Jones é um cidadão.

A definição de entimema seria, portanto

Um argumento que é enunciado de modo incompleto, parte do qual fica “subentendida” ou apenas “na idéia”, tem o nome de “entimema”. Um argumento incompletamente enunciado é caracterizado como entimemático. (COPI, 1978, p.208)

Copi (1978) sustenta que na linguagem cotidiana e mesmo na ciência a maior parte das inferências é expressa entimematicamente. Isso ocorre porque nas polêmicas, usualmente, supõe-se que grande parte das proposições é de conhecimento comum (COPI, 1978). Os oradores em geral evitam a repetição de proposições tidas como conhecidas e verdadeiras, de modo que seus ouvintes podem, por conta própria, suprir a lacuna (COPI, 1978). Copi (1978) chega a afirmar que é comum que um argumento se torne mais poderoso e persuasivo quando emitido entimematicamente do que quando rigorosamente enunciado. Qualquer tipo de argumento pode ser expresso desse modo, mas os tipos de entimemas mais estudados são os silogismos (expressos de modo incompleto) (COPI, 1978).

Em uma inferência válida, uma premissa necessária deve estar presente; no caso do entimema, a premissa ausente é facilmente suprida e deve ser considerada como parte do argumento na determinação de sua validade (COPI, 1978). Copi (1978) explica que, em tal caso, o autor do argumento “tinha em mente” mais do que declarou explicitamente e que, na maioria dos casos, não há dificuldade em suprir a premissa tácita. Esse deve ser um princípio do uso dos entimemas: o autor do argumento deve, com segurança, ser capaz de supor que seu público aceitará a premissa suprimida como verdadeira (COPI, 1978).

Copi (1978) considera que seria absurda a supressão da conclusão, afinal, por que tentar demonstrar algo que supostamente já é aceito sem necessidade de provas? Apesar da ressalva de Copi, a tradição costuma dividir o entimema em três ordens ou classes, de acordo com a parte omitida:

<b>Parte omitida</b>	<b>Ordem (ou classe) do entimema</b>
Primeira (maior) premissa	Primeira
Segunda (menor) premissa	Segunda
Conclusão	Terceira

O exemplo dado anteriormente constituiria um entimema de primeira ordem. Copi (1978, p.209) cita como exemplo de entimema de segunda ordem: “Todos os estudantes se opõem ao novo regulamento, assim como todas as alunas se opõem a ele”. Desmembrando, teríamos:

Todos os estudantes se opõem ao novo regulamento  
 (Todas as alunas são estudantes) (premissa suprimida)  
 ∴ Logo, todas as alunas se opõem ao novo regulamento.

Temos que a premissa menor é facilmente suprida, resultando em uma proposição claramente verdadeira (COPI, 1978).

Para ilustrar um entimema de terceira ordem, Copi fornece o seguinte exemplo: “Nenhum verdadeiro cristão é vaidoso, mas algumas pessoas que freqüentam a igreja são vaidosas” (COPI, 1978, p.209). Temos nesse caso:

Nenhum verdadeiro cristão é vaidoso  
 Algumas pessoas que frequentam a igreja são vaidosas  
 (∴ Logo, algumas pessoas que frequentam a igreja não são verdadeiros cristãos) (conclusão suprimida)

Copi (1978) adverte, no entanto, que o contexto permite que se chegue à conclusão acima. Se, por outro lado, a intenção fosse concluir que “Alguns verdadeiros cristãos são pessoas que não frequentam a igreja”, então este entimema é inválido (COPI, 1978).

Por fim, conclui Copi:

Convém observar que no tratamento dos entimemas não é necessário introduzir quaisquer novos princípios lógicos. Em última instância, eles são testados pelos mesmos métodos que se aplicam aos silogismos categóricos de forma típica. A diferença entre os entimemas e os silogismos é mais retórica do que lógica (COPI, 1978, p.210).

## 2.5. LUCKHARDT E BECHTEL

Luckhardt e Bechtel (1994), inaugurando sua exposição do entimema, apontam para o seguinte argumento:

Vai chover  


---

 ∴ O piquenique ficará arruinado

Os autores fazem notar que, neste exemplo, apenas uma premissa é explicitamente declarada e isso atende aos requisitos mínimos para um argumento: temos, na conclusão, uma declaração sustentada por um motivo expreso na forma de

premissa – ou seja, a premissa apresenta uma justificativa para se acreditar na afirmação feita na conclusão (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994).

No entanto, simplesmente com essas duas declarações como blocos de construção, o argumento falha em atender o critério de validade: a validade de um argumento é determinada pela relação entre premissas e conclusão (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994). Os argumentos válidos têm uma forma lógica na qual, se as premissas forem verdadeiras, a conclusão também deve ser verdadeira, o que não é o caso nesse exemplo, conforme indicam Luckhardt e Bechtel (1994): a primeira sentença pode ser verdadeira mesmo quando a segunda é falsa. Geralmente, a forma válida de um argumento é obtida por meio de um operador lógico, por exemplo, “se A, então B” ou “A ou B” em uma das premissas, normalmente seguido por uma segunda premissa que inclui a parte apropriada da primeira premissa (no caso, A) e, em seguida, uma conclusão que inclui a outra parte da primeira premissa (B) (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994).

O que importa observar, explicam Luckhardt e Bechtel (1994), é que às vezes, quando os argumentos são apresentados, eles não contém todas as premissas necessárias para torná-los válidos; em outras circunstâncias, a conclusão será omitida. Argumentos em que uma (ou mais) premissa ou a conclusão não é explicitamente declarada são chamados de entimemas (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994).

Luckhardt e Bechtel (1994) registram que frequentemente é possível identificar a parte ausente em um entimema e indicar qual premissa ou conclusão precisa ser adicionada para tornar o argumento válido. Nessa condição, se é viável inferir qual premissa ou conclusão deve ser acrescentada ao entimema para torná-lo um argumento válido, é admissível incluí-la então na representação formal, obedecendo à regra de indicar com parênteses aquilo que será incluído e que não fazia parte do conjunto original de premissas para deixar claro que a nova sentença foi inferida ao invés de explicitamente declarada (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994).

Dessa forma, uma versão alternativa formalizada do argumento apresentado acima poderia ser (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994, p.22, com adaptações):

(Se chover, o piquenique estará arruinado)

Vai chover

---

∴ O piquenique estará arruinado

Luckhardt e Bechtel (1994) registram que essa forma é válida, embora haja o risco de a premissa inferida não fazer parte das intenções do emissor do argumento original – talvez o emissor quisesse dizer exatamente o que foi dito e nada mais. Em qualquer caso, no discurso cotidiano, é razoável esperar que, na maior parte do tempo, inferir uma premissa ou conclusão ausente, fornecendo o motivo que falta para transformar um entimema em um argumento válido, é uma prática que se justifica (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994).

Os autores passam ao exame de alguns exemplos (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994, p.22, com adaptações):

Melinda vendeu a maior parte das ações de fundos mútuos este ano.  


---

 ∴ Melinda será promovida a vice-presidente.

Para transformar esse entimema em um argumento válido, seria possível adicionar uma premissa da seguinte forma (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994, p.22, com adaptações):

(Se Melinda vender a maioria das cotas de fundos mútuos este ano, então Melinda será promovida a vice-presidente.)  
 Melinda vendeu a maior parte das ações de fundos mútuos este ano.  


---

 ∴ Melinda será promovida a vice-presidente.

Luckhardt e Bechtel (1994) esclarecem que uma razão pela qual as pessoas omitem premissas é que muitas vezes é mais fácil na prosa comum produzir ou compreender um argumento incompleto do que um argumento completo e válido: um ensaio argumentativo em que cada premissa e conclusão é explicada em todos os detalhes é muito tedioso. Outra explicação para a omissão de partes do argumento, segundo os autores (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994), é demonstrar cortesia e civilidade. Luckhardt e Bechtel ilustram esse ponto com o seguinte exemplo:

Supondo que uma pessoa peça para usar o telefone em uma pequena loja. Uma forma educada de o gerente negar seu pedido é declarar o motivo da negação, deixando a própria negação implícita: “Ah, este não é um telefone público”. É apenas porque o ouvinte é capaz de perceber a inferência lógica apropriada que isso equivale a um “Não”. Isso parece fácil e instantâneo, mas escrever o argumento completo e válido na forma padrão deixa claro quanto trabalho lógico é necessário para ser educado [...] (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994, p.22, com adaptações)

Transcrevendo a resposta em um argumento formal teríamos (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994, p.22, com adaptações):

Membros do público não podem usar este telefone.  
(Você é um membro do público.)  
-----  
(∴ Você não pode usar este telefone.)

Neste exemplo, Luckhardt e Bechtel (1994) ressaltam que tanto uma das premissas quanto a conclusão devem ser inferidas.

Luckhardt e Bechtel (1994) observam que, embora seja importante saber identificar entimemas presentes na argumentação dos interlocutores, deve-se estar atento para a presença de riscos e benefícios em sua utilização. O maior risco é a falta de compreensão ou a obtenção de uma conclusão por parte do público não pretendida pelo orador (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994). Considerando que há sempre uma parte ausente em um entimema, existe o risco de que essa parte não seja fornecida pela audiência, prejudicando assim todo o propósito do argumento (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994). Por outro lado, uma das vantagens para argumentadores inescrupulosos é que os entimemas podem ser empregados para ocultar premissas fracas: frequentemente, alegam Luckhardt e Bechtel (1994), os entimemas são utilizados apenas para evitar que uma premissa fraca seja declarada, na esperança de que o público, ao inferi-la, o faça de maneira irrefletida, e não perceba o quão fraca é. Outro ponto favorável dos entimemas, apontam Luckhardt e Bechtel (1994), é psicológico: o grau de convicção sobre a conclusão de um entimema é constantemente mais elevado quando o público tem que se esforçar para obter a conclusão, percorrendo cada etapa do argumento. Esse processo de participação ativa no processo argumentativo pode levar a audiência a entender o argumento como “seu”, de modo que os ouvintes que tiram a conclusão de um entimema podem ter a percepção de que estão adotando a conclusão, ao invés de sentir que a conclusão lhes é forçada por outra pessoa (LUCKHARDT & BECHTEL, 1994).

### 3 TEORIAS NÃO ORTODOXAS

A expressão “doutrina tradicional” é usual entre os contemporâneos. Conforme vimos, essa expressão se refere à compreensão do entimema como um tipo de silogismo incompleto em que uma das premissas se faz ausente, sendo esta geralmente fornecida pela audiência do discurso. Já a expressão “teorias não ortodoxas” a utilizamos, na falta de outra melhor, para nos referirmos ao conjunto de teses as quais, sobretudo a partir do séc. XIX, passaram a questionar a doutrina tradicional. Preferimos a expressão “teorias não ortodoxas” no lugar de “teorias (ou doutrinas) não tradicionais” por que as teorias que questionam a doutrina tradicional remontam à Idade Média, de modo que seria possível falar em uma “tradição” de doutrinas “não ortodoxas”.

#### 3.1 HAMILTON

A discussão acerca do conceito de entimema pode retroceder até quando permitirem os registros. Alguns estudos, por exemplos, relacionam as rapsódias de Homero ao desenvolvimento da retórica. No entanto, modernamente, podemos apontar dois autores cujos trabalhos operam como marcos para as teorias que se desenvolveram desde o último século até os nossos dias: os britânicos William Hamilton e Edward Meredith Cope. O último pode ser enquadrado naquilo que propomos como doutrina tradicional. Hamilton, por seu turno, inaugura, entre os anglófonos, uma linhagem de questionamentos que se estende até nossos dias.

Em suas *Discussions* (1853, p.153), Hamilton refere-se à doutrina tradicional do entimema como aquela em que a intenção de Aristóteles foi “quase universalmente extraviada”; como um erro ao qual devemos a introdução de um “absurdo ilógico em todos os sistemas da lógica”.

Começaremos com a aula XX da consagrada obra *Lectures on Logic* (1860, p.386), em que Hamilton trata do entimema, lição que se propõe a expor “em conformidade com a opinião dos lógicos modernos” (a qual, como veremos, equivale àquilo que já nos referimos como doutrina tradicional).

Afirma Hamilton (1860) que um silogismo defeituoso é, de acordo com a opinião geral, um tipo de raciocínio em que apenas uma das premissas é de fato

enunciada. Chamam de entimema, porque, supostamente, algo permanece retido “na mente” (ἐν θυμῷ) (HAMILTON, 1860). De acordo com a premissa supressa, os lógicos de então classificavam os entimemas como de primeira ou segunda ordem (HAMILTON, 1860).

Essa doutrina, prossegue Hamilton (1860), encontra unanimidade singular entre os lógicos de seu tempo: praticamente sem exceção, essa classificação dos silogismos é considerada não somente inquestionável, mas também encontraria sua origem no próprio Aristóteles. Sobre isso, Hamilton registra nas *Discussions*:

Na doutrina comum, trata-se de uma espécie de raciocínio que se distingue do silogismo propriamente dito por ter uma ou outra de suas premissas não expressas, mas entendidas, e essa distinção, sem suspeitar de sua legitimidade ou origem, é atribuída ao Estagirita. (HAMILTON, 1853, p.153)

Hamilton (1860) sustenta que ambas as suposições se mostram erradas, já que essa classificação é vã e não encontra nenhum sinal de confirmação em Aristóteles, propondo-se a demonstrar (i) que o entimema como silogismo defeituoso não constitui uma forma especial de raciocínio; (ii) que a distinção do entimema como um forma especial de raciocínio não se encontra em Aristóteles ; e (iii) que, mesmo admitindo-se a validade da distinção, a restrição do entimema a um silogismo em que apenas uma premissa é suprimida não pode ser mantida de maneira satisfatória.

No que diz respeito à validade da distinção entre os tipos de silogismo (i), Hamilton passa a apresentar seus argumentos.

Primeiramente, a caracterização do entimema como silogismo “defeituoso” (em contraste a um silogismo “comum”, em que todas as premissas são expressas) implicaria em distinção entre o raciocínio “da lógica” e o raciocínio do “uso comum” – considerando que no raciocínio geral raramente expressamos todas as proposições de um silogismo; quase somente nos tratados de lógica abstrata encontramos exemplos de raciocínio nos quais todos os termos são explicitamente declarados (HAMILTON, 1860). Conforme consta nas *Discussions*:

[...] nesse sentido, a divisão entre silogismo e entimema envolveria nada menos que uma distinção de espécies entre o raciocínio da lógica e o raciocínio do discurso comum; o silogismo seria a forma peculiar ao primeiro, e o entimema apropriado ao segundo. (HAMILTON, 1853, p.153)

No entanto, a lógica não cria novas formas de silogismo, apenas expõe aquelas que já são dadas; e – embora demonstre que em todo o raciocínio existem, no processo

mental, necessariamente três etapas – a mera ausência de expressão de alguma delas na linguagem não constitui na lógica um tipo particular de silogismo mais do que a elipse de um termo constitui na gramática um tipo específico de concordância ou regência (HAMILTON, 1860).

Em segundo lugar, silogismo e entimema não são diferenciados respectivamente como uma forma intra lógica e uma extra lógica, supostamente, ambos são igualmente lógicos (HAMILTON, 1860). Aqueles que defendem a distinção são, portanto, necessariamente compelidos a sustentar que a lógica considera o acidente da expressão exterior e não a essência do pensamento (interno), ao sustentar que o entimema é realmente um silogismo defeituoso ou incompleto (HAMILTON, 1860). O autor assinala que

[...] mesmo essa distinção, se admitida, não traria benefícios - o silogismo e o entimema sendo distinguidos como duas formas intralógicas de argumentação. Aqueles que defendem a distinção retrocedem, portanto, ao absurdo ainda maior - ao estabelecer uma diferença de forma, em uma variedade accidental de expressão - de manter essa lógica relacionada ao acidente da linguagem externa e não à necessidade do pensamento interno. (HAMILTON, 1853, p.153)

Quanto ao ponto (ii), Hamilton (1860) observa que, de acordo com Aristóteles, o silogismo é considerado não em virtude de sua expressão, mas exclusivamente como um processo mental. A distinção, portanto, de uma classe de silogismos fundada em um acidente verbal seria – implicitamente e por antecipação – condenada pelo Estagirita (HAMILTON, 1860). Com efeito, Aristóteles *distingue* o entimema como um tipo de silogismo – um silogismo de conteúdo peculiar, “formado a partir de probabilidades ou signos” (*An. Pr.* 70a) (HAMILTON, 1860). Se, após essa distinção, for mantido o entendimento de que Aristóteles compreendia o entimema sobretudo como um silogismo com uma premissa suprimida, o filósofo de Estagira deveria ter definido o entimema por duas diferenças – e por duas diferenças sem analogia mútua – pois um silogismo a partir de signos e probabilidades não se enquadra mais naturalmente em uma forma elíptica do que em um silogismo formado de qualquer outro conteúdo (HAMILTON, 1860). Segundo Hamilton (1860), os textos no *Órganon* e na *Retórica* geralmente invocados como fundamento dessa teoria não permitem tal interpretação, de modo que essa tese tem sido quase universalmente aceita por motivos que, quando examinados, não se sustentam.

É possível tentar sintetizar assim o argumento de Hamilton até este ponto: (a) ocultar ou não uma premissa não faz diferença, não faz dessa construção um novo silogismo (ambas as expressões são silogismos); (b) defender essa posição representa defender que a lógica leva em consideração a expressão externa do argumento, não a essência do pensamento.

Podemos responder que uma coisa não exclui a outra: considerar a expressão externa do pensamento em determinado contexto não implica desconsiderar sua essência. É verdade que do ponto de vista da lógica o silogismo completo e o entimema são fundamentalmente a mesma coisa – no entanto, o silogismo expresso no contexto retórico apresenta *de fato* a particularidade de supressão de uma de suas partes.

É também verdade, como diz Hamilton, que o silogismo é considerado por Aristóteles como um processo mental. O silogismo retórico é o mesmo processo mental, mas expresso de um modo peculiar no contexto retórico. Para blindar sua afirmação, Hamilton atribui a Aristóteles o advérbio “exclusivamente” (dissociando assim a expressão do silogismo de sua natureza), embora não cite de onde retirou essa passagem (não que estejamos aqui a propor determinada tese sobre a natureza do silogismo, mas a examinar a consistência do argumento de Hamilton)

Por fim, diferentemente de Hamilton, entendemos que o fato de o entimema ser formado a partir de probabilidades ou signos tem sim relação com a supressão da premissa, afinal aquilo que é provável ou geralmente aceito pode mais tranquilamente ser omitido.

Hamilton (1860) menciona a questão do adjetivo *ateles* (ἀτελής) (imperfeito), aplicado, em certa passagem, ao entimema: esse termo, se autêntico, significa apenas que o raciocínio “formado a partir de probabilidades ou signos” não permite uma inferência necessária ou perfeita; *ateles*, no entanto, prossegue Hamilton (1860), constitui uma manifesta inserção feita para acomodar a doutrina aristotélica à interpretação ordinária do entimema, já que o termo não aparece nos manuscritos mais antigos.

A “interpretação ordinária” à qual Hamilton se refere não apregoa a certeza, a “perfeição” da inferência – o entimema só é considerado “válido” em contexto retórico. Se for verdade que *ateles* é uma inserção, o motivo alegado por Hamilton parece não

ser, embora não falte quem se alinhe ao britânico (Seaton, por exemplo). Ao contrário, o silogismo retórico gera conclusões prováveis, imperfeitas, como veremos em Grant, mais adiante.

Entretanto não se pode negar, prossegue Hamilton (1860), que, em tempos muito antigos, o termo entimema era utilizado para descrever um silogismo com alguma parte de suas partes não expressa; mas foi igualmente empregado pelos retóricos gregos e romanos para “pensamento em geral”, como, p.e., por Dionísio de Halicarnasso, e pelo autor da *Retórica a Alexandre*<sup>19</sup>. Entre os antigos que empregaram o termo para designar um silogismo com alguma parte suprimida, Hamilton (1860) cita Alexandre de Afrodísias, Amônio de Hérmiás e João Filopono<sup>20</sup>. Alguns, como Jorge Paquimeres<sup>21</sup>, só reconheciam a ausência da premissa principal; outros, como Quintiliano<sup>22</sup> e Ulpiano<sup>23</sup>, entendiam que a parte suprimida deveria ser a conclusão (HAMILTON, 1860).

Por fim (iii), Hamilton (1860) afirma que não há fundamento para ser negada a possibilidade de supressão da conclusão; a única maneira de um silogismo com premissa suprimida ser adequado é se essa premissa for suficientemente manifesta, de modo a dispensar sua declaração. A partir desse princípio, não existe razão para um silogismo ser menos possível no caso da conclusão – e não as premissas – ser implícita (HAMILTON, 1860). Ainda segundo Hamilton (1860), ambas as situações são igualmente frequentes.

### 3.2 GRANT

Em seus comentários à *Retórica*, Alexander Grant (1879) estatui que os argumentos de um orador, para serem persuasivos, não precisam ser demonstrações científicas, nem mesmo silogismos dialéticos, mas sim “argumentos retóricos”, conforme as condições e as circunstâncias permitirem. Diferentemente do cientista, que deve demonstrar uma tese diante de seus alunos, ou do dialético, que obtém as

---

<sup>19</sup> Essa obra era tradicionalmente incluída entre os tratados de Aristóteles, mas hoje é geralmente atribuída a Anaxímenes de Lâmpsaco (WORTHINGTON, 2006);

<sup>20</sup> Hamilton (1860) menciona respectivamente: *Topica*, *In Quinque Voces Porphyrii*, e *Anal. Post.*

<sup>21</sup> *Epitome Logices Aristotelis*;

<sup>22</sup> *Inst. Orat.*, v.14;

<sup>23</sup> *Ad Demosth. Olynth.*

premissas da sua argumentação a partir de seu interlocutor, o orador deve abordar uma multidão com a qual ainda não está habituado; tem que capturar sua atenção sem entediá-la, e sugerir conclusões sem ter que percorrer cada passo da inferência (GRANT, 1879).

Todo raciocínio, contudo, deve ser indutivo ou dedutivo, e os argumentos da retórica devem pertencer a uma dessas duas formas (GRANT, 1879). Aristóteles, adaptando os nomes aos fins, faz uma correspondência entre termos retóricos e lógicos, entimema e silogismo, exemplo e indução (GRANT, 1879).

Grant (1879) registra que a palavra entimema parece etimologicamente significar um pensamento ou uma sugestão. Trata-se de um silogismo retórico com premissas construídas a partir de “signos” ou “probabilidades” (GRANT, 1879). Conforme trouxemos anteriormente, por probabilidade Grant (1879) entende uma causa que pode produzir um dado efeito, embora isso seja incerto; já o signo seria o efeito que pode ser atribuído a determinada causa, embora também possa ter sido produzido por outra coisa. Alguns críticos consideram que é essencial para o entimema suprimir uma de suas premissas, mas Aristóteles apenas diz (*Rhet.* 1357a) que esse é o caso que se dá com mais frequência (GRANT, 1879). A verdadeira característica do entimema é seu caráter sugestivo, não conclusivo; as premissas, ainda que totalmente expressas, não seriam suficientes para embasar seguramente a conclusão à qual se quer chegar (GRANT, 1879).

Grant (1879) dá o seguinte exemplo: para provar que *A assassinou B*, é possível argumentar que *A* o faria porque existia uma conhecida desavença entre as partes (probabilidade), ou porque *A* foi visto coberto de sangue (signo).

O autor prossegue com sua exemplificação (GRANT, 1879), dividindo em argumentos o discurso proferido por Antônio na tragédia *Júlio César*, de Shakespeare<sup>24</sup>:

- (1.) Vários cativos César trouxe a Roma,  
       Cujo resgate encheu os cofres públicos:  
       Isso em César parece ambicioso?
- (2.) Vendo os pobres chorar, também chorava;  
       A ambição deve ter metal mais duro:

---

<sup>24</sup> Utilizamos a tradução de José Francisco Botelho (2018).

- (3.) Vocês viram, nas Festas Lupercais,  
 Que ofereci três vezes a coroa;  
 Três vezes recusou. Isso é ambição?

Esses três argumentos baseiam-se em signos: os atos de César demonstram nele certo desinteresse, certa ternura e modéstia, incompatíveis com a ambição egoísta (GRANT, 1879). Mas o raciocínio não é conclusivo, pois os atos mencionados poderiam ter advindo de outras fontes além das boas virtudes da alma – poderiam ter sido produzidas por outro motivo (GRANT, 1879). No entanto, o raciocínio aqui é muito forte, cogente, como é de se esperar nas deduções produzidas por um bom orador (GRANT, 1879).

Grant (1879) expõe que o único raciocínio indutivo possível na oratória é o “exemplo”, mas o orador, ao invés de reunir instâncias suficientes para estabelecer uma norma (o que constituiria o método científico), cita apenas uma instância, indicando uma regra.

O exemplo, prossegue Grant (1879), é, obviamente, uma argumentação por analogia – a questão deve sempre ser se os casos comparados entre si são realmente análogos ou se existe uma diferença essencial nas circunstâncias. Aristóteles, de acordo com Grant, registra que alguns oradores lidam mais com exemplos, outros mais com entimemas, mas está inclinado a acreditar que, ao obter mais reconhecimento, os entimemas são mais bem sucedidos (GRANT, 1879).

### 3.3. SEATON

De acordo com R. C. Seaton (1914), Hamilton teria demonstrado que Aristóteles de fato pretendeu definir entimema como o fez nos *Analíticos Anteriores*, (“um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos”, 70a), de modo que as conclusões obtidas por seu intermédio não podem ultrapassar o domínio da probabilidade (exceto nos casos em que os signos constituem uma prova infalível); todas as referências e exemplos de entimema na *Retórica* corroborariam essa visão (e não outra).

De Grant viria, de acordo com Seaton, a melhor definição do entimema aristotélico: “a verdadeira característica do entimema é seu caráter sugestivo, mas não

conclusivo; as premissas, ainda que totalmente expressas, não seriam suficientes para embasar a conclusão a que se quer chegar” (SEATON, 1914, p.113). Seaton remete ao discurso de Antônio, utilizado como exemplo por Grant, que já reproduzimos na seção correspondente a esse autor e que, por essa razão, não trazemos aqui, sem prejuízos para o restante do exame efetuado por Seaton.

Escritores posteriores da Antiguidade utilizaram o termo entimema com sentidos variados, mas para os medievais e modernos entimema é sinônimo de silogismo em que uma das premissas é suprimida (SEATON, 1914). Essa visão é compartilhada pelo autor britânico E. M. Cope, que, em discordância com Hamilton, argumentou que, se a única diferença entre o silogismo e o entimema retórico reside na oposição entre certeza e probabilidade respectivamente, não haveria nenhuma diferença entre o entimema retórico e o silogismo dialético, já que os insumos e as conclusões dessa espécie de silogismo são puramente prováveis<sup>25</sup> (SEATON, 1914). A diferença, postula Cope, está na forma: o entimema é incompleto, carece invariavelmente de uma das premissas ou da conclusão; relação similar seria verificada entre o exemplo e a indução: o exemplo é uma indução incompleta, derivada de uma única instância, e não do exame exaustivo de ocorrências similares (SEATON, 1914).

Pois bem. Seaton passa a responder.

A crítica de Cope a Hamilton demonstra confusão entre inferência válida e inválida: o silogismo obtido “a partir de probabilidades ou signos” pode ser válido ou inválido (SEATON, 1914). No primeiro caso, coincide com o silogismo dialético e em ambos os casos trata-se de um entimema (SEATON, 1914). Vejamos o exemplo citado por Seaton (1914) (adaptado):

Homens gordos são bons;  
Horácio era um homem gordo;  
∴ Horácio era bom.

Seaton (1914) registra que o silogismo é inválido porque o termo médio “homens gordos”, equivalente a “maioria dos homens gordos” (de fato, não há um

---

<sup>25</sup> Aristóteles, nos *Tópicos*, define: “Raciocínio dedutivo é um discurso no qual, dadas certas premissas, alguma conclusão decorre delas necessariamente, diferente dessas premissas, mas nelas fundamentada. Quando o raciocínio resulta de proposições primordiais e verdadeiras ou de princípios cognitivos derivados de proposições primordiais e verdadeiras, diz-se que temos uma demonstração; *ao raciocínio obtido a partir de proposições geralmente aceites chama-se silogismo dialético*” (*Top.* 110a, ênfase nossa).

“todos” qualificando “homens gordos”), não está distribuído: o máximo que se pode concluir do exemplo é que Horácio provavelmente era bom. A conclusão de que nenhuma inferência válida pode ser extraída “a partir de probabilidades ou signos” não é particularmente importante, mas sim que a inferência válida é geralmente sem valor para o orador, ao passo que a inferência não válida lhe é interessante (SEATON, 1914).

Avaliando o argumento de Seaton até aqui, admitimos que possam existir situações nas quais uma inferência inválida seja mais útil em um contexto retórico do que uma inferência válida, mas daí a dizer que inferência inválida é, *em regra*, a *mais indicada* para o orador (e que a inferência válida não é muito interessante) é um salto gigantesco. Parece-nos, ao contrário, que a inferência válida é muito pouco capaz de trazer prejuízos para o orador, sendo-lhe vantajosa na maior parte das vezes. Assumamos, por exemplo, dois discursos confeccionados com recursos retóricos compatíveis (estilísticos etc.), mas um deles assentado sobre uma inferência válida e o outro sobre uma inferência inválida: por qual razão o discurso com inferência inválida seria mais convincente? Podemos pensar o oposto: nessa disputa hipotética, se as demais condições forem equivalentes, decerto a validade do raciocínio pesará favoravelmente. Com efeito, se for este o caso, a principal razão para a distinção feita por Seaton entre silogismos retóricos e dialéticos não se sustenta, qual seja, o maior poder de persuasão dos primeiros acarretado por sua invalidade.

Seaton (1914) menciona ainda outro exemplo, baseado em *Rhet.* 1357b:

Aqueles que têm febre respiram rapidamente;

A. respira rapidamente;

∴ A. tem febre.

Embora esse silogismo seja inválido, trata-se de um bom exemplo de entimema (SEATON, 1914). Quando o signo é infalível, temos um silogismo na primeira figura válido e, portanto, um silogismo dialético (SEATON, 1914).

Resulta que, em regra, o silogismo dialético é um silogismo válido, enquanto o entimema ou silogismo retórico é um silogismo inválido (com a ressalva feita acima, ou seja, quando o signo é infalível) (SEATON, 1914). Aqui reside a diferença entre dialética e retórica, a primeira objetiva a demonstração, a segunda a persuasão, a indução da crença (SEATON, 1914). Cumpre notar que Seaton (1914) admite a

existência de entimemas não retóricos, cujas premissas seriam obtidas a partir das ciências particulares, como a medicina, mas não se aprofunda neste ponto.

Prosseguindo com a crítica a Cope, Seaton (1914) sustenta que é improcedente a alegação de que o silogismo dialético cuida apenas do que é provável. Para Aristóteles, a dialética é distinta da demonstração científica: no primeiro caso, as premissas podem ser obtidas a partir de qualquer tema; no segundo, as premissas derivam das ciências particulares; de todo modo, o silogismo é o “instrumento universal da razão” e qualquer silogismo válido pode ser considerado um silogismo dialético (SEATON, 1914). A diferença é que, enquanto a dialética é indiferente à verdade das premissas em si, esse quesito é da mais elevada importância para a demonstração científica (SEATON, 1914).

Conforme visto acima, um dos argumentos de Cope consiste na analogia feita pelo britânico entre a indução e o exemplo. Segundo Cope, o entimema, na qualidade de silogismo incompleto (ou “imperfeito”), omitiria alguma premissa ou a conclusão; da mesma forma, sugere Cope, o exemplo seria uma forma incompleta de indução, apresentando uma conclusão geral a partir de apenas uma ou duas instâncias, em vez de percorrer todas as instâncias conhecidas (SEATON, 1914).

O problema, analisa Seaton (1914), está na qualidade da diferença: o exemplo é materialmente imperfeito (em relação à indução), enquanto o entimema, segundo Cope, seria formalmente imperfeito.

Vejamos: no entimema, (supostamente) temos (todos) os “elementos” (premissas) do argumento, mas opta-se por não expressá-los todos; no exemplo, não temos todos os elementos, o argumento baseia-se em um caso apenas. Tudo indica que Seaton tem razão quanto à diferença “formal” e “material” entre entimema e exemplo. Não nos parece, no entanto, que Cope teve a intenção de fazer uma analogia rigorosa, mas apenas ressaltar o aspecto de *ausência* que ocorre em ambos, exemplo e entimema.

No momento seguinte de sua análise, Seaton (1914) passa a elencar os diferentes sentidos de entimema. Em Sófocles, Xenofonte e Isócrates, entimema é utilizado com o sentido de deliberação, pensamento, plano, ou uma sugestão de qualquer tipo (SEATON, 1914). Na *Retórica a Alexandre* – obra erroneamente atribuída a Aristóteles e pouco anterior à sua *Retórica* – o termo é utilizado em sentido técnico, como uma espécie de prova dentre outras classes (especiais) de argumentos, “uma prova obtida a

partir de qualquer tipo de oposição”, na tradução citada por Seaton (1914). Ainda conforme Seaton (1914), Cícero reconhece que o termo pode se aplicar a qualquer tipo de pensamento, mas, em retórica, restringe-se aos argumentos obtidos a partir de oposições; Quintiliano, além dos dois sentidos propostos por Cícero, também aponta o de uma “sentença com um [componente] racional” (SEATON, 1914). De acordo com Seaton (1914), também já em Quintiliano é possível encontrar a doutrina do “silogismo imperfeito”, que predominará na Antiguidade tardia e Idade Média.

Seaton (1914) afirma que Hamilton atribui a Rodolfo Agrícola (1443-1485) a primeira interpretação correta de Aristóteles. Entretanto, contesta Seaton (1914), de acordo com o acadêmico de Oxford R. F. Clarke, S. Tomás de Aquino já teria apresentado o verdadeiro ensinamento aristotélico em seu comentário aos *Analíticos Posteriores* duzentos anos antes. Para S. Tomás, a diferença entre silogismos e entimemas seria de natureza material; quando se refere ao entimema como *syllogimus detruncatus*, é a esse tipo de diferença – e não de forma – a que se refere S. Tomás (SEATON, 1914).

Seaton (1914) credita a interpretação equivocada do significado de entimema à interpolação posterior do termo *ateles* (ἀτελής) (incompleto, imperfeito)<sup>26</sup>. Mas se é assim, como explicar essa inserção? Seaton (1914) pondera que é possível afirmar que a inserção se deu para acomodar a definição de Aristóteles aos entendimentos subsequentes, por um copista não familiarizado com a fraseologia aristotélica<sup>27</sup> (SEATON, 1914). Mas isso não explica como teriam surgido esses entendimentos. Seaton (1914) especula que *ateles* pode de fato ter sido uma interpolação, mas uma interpolação anterior, inserida, na verdade, por alguém bastante versado na fraseologia aristotélica. Para Aristóteles, o silogismo só é perfeito, *teleios* (τέλειος), quando pertence à primeira figura, já que essa figura constitui uma forma de argumento particularmente evidente e convincente, em oposição à “imperfeição” da segunda e terceira figuras silogísticas: essas não seriam imediatamente evidentes em virtude do princípio *dictum de omni et nullo* (SEATON, 1914). É possível, portanto, que um

---

<sup>26</sup> Pace (1550–1635) teria sido o primeiro a rejeitar a presença de *ateles* nos *Analíticos Primeiros*, o que foi reforçado posteriormente por Facciolati (1682–1769); na atualidade, o termo é amplamente considerado espúrio (SEATON, 1914).

<sup>27</sup> Seaton (1914) informa que H. Mansel teria sido o autor dessa asserção, em suas notas à *Artis logicae rudimenta*; esta, por sua vez, consiste na edição de 1849 dos escritos de lógica do classicista inglês H. Aldrich, preparada em 1849 pelo próprio Mansel.

copista tenha inserido *ateles* após o termo *sylogismos* (συλλογισμός), tendo em vista que o entimema – sendo um “silogismo formado a partir de probabilidades ou signos” – nunca forma um *sylogismos teleios* (συλλογισμός τέλειος), exceto no caso em que um signo é também uma prova (SEATON, 1914). É possível que, em pouco tempo, *ateles* tenha sido erroneamente associado à forma do entimema no lugar da matéria, e esse mal-entendido pode ter sido potencializado pelo fato de que todos os entimemas fornecidos como exemplo por Aristóteles são, em ambos os sentidos, *ateleis* (SEATON, 1914). A transição de um silogismo “imperfeito” extraído de “probabilidades ou signos” para outro silogismo “imperfeito” (qualquer que seja o assunto) apresentaria pouca dificuldade, e consolidaria a visão de que um entimema é um silogismo com premissa ou conclusão suprimida (SEATON, 1914).

### 3.4 MADDEN

As discussões antes apresentadas são as bases para os seguintes desenvolvimentos da crítica acerca do conceito de entimema na segunda metade do século XX.

Em seu artigo de 1952, Edward H. Madden busca traçar um conceito de entimema que interliga as concepções de Aristóteles acerca de lógica, retórica e metafísica.

Dentre os dezessete significados diferentes que o termo entimema assumiu ao longo da História compilados por W. Hamilton, Madden (1952) destaca dois: (i) o primeiro refere-se à própria doutrina do Estagirita presente nos *Analíticos Anteriores*: “o entimema é um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos” (70a); (ii) o entimema é um silogismo com uma proposição não expressa (o que corresponde ao que já denominamos anteriormente como “doutrina tradicional”).

Antoine Arnauld e Pierre Nicole, no manual *La Logique ou l'Art de Penser*, de 1662, na citação de Madden (1952, p.369) da versão inglesa (notoriamente conhecida como *Port Royal Logic*), elaboram melhor sobre o segundo significado:

Um silogismo composto apenas de uma premissa e uma conclusão é chamada de entimema. As premissas de um silogismo às vezes não são ambas expressas porque uma das premissas motiva a pessoa a pensar na outra, de forma que a última se faz "tacitamente" presente.

Madden (1952) faz referência à obra *General Logic*, do acadêmico estadunidense R.M. Eaton, em que, de acordo com Madden (1952), Eaton responde aos lógicos franceses, sustentando que Aristóteles entendia por entimema algo totalmente diferente, a saber, um silogismo retórico, persuasivo, que leva a opiniões geralmente aceitas a partir de probabilidades, mas que contém uma falácia. Essa concepção do entimema (baseado em probabilidades e falacioso), no entanto, é rejeitada por Madden (1952). A equivalência entre entimema e silogismo retórico é certamente baseada no seguinte trecho da *Retórica*: “Chamo entimema ao silogismo retórico e exemplo à indução retórica” (1356b) (MADDEN, 1952). Aristóteles, contudo, não entende as duas definições como sinônimas e isso fica claro, segundo Madden (1952), a partir de 1358a:

[...] alguns entimemas são formados de acordo com o método retórico, como também alguns silogismos o são de acordo com o método dialético; outros entimemas, porém, são formados conforme outras artes e faculdades [...]

Os silogismos retóricos, prossegue Madden (1952), seriam os entimemas cujas premissas são retiradas dos assuntos chamados por Aristóteles de tópicos (*topoi*), proposições genéricas aplicáveis a qualquer área não especializada da experiência. No entanto, diz Aristóteles (*Rhet.* 1358a), se alguém dispensar os tópicos e recorrer a declarações teóricas mais especializadas, então ele não produz um silogismo retórico, mas um entimema específico (de ética, política ou física) (MADDEN, 1952). Conseqüentemente, se alguns entimemas não são silogismos retóricos, alguma outra definição de entimema se faz necessária – e essa outra definição, sugere Madden (1952), Aristóteles a fornece nos *Analíticos Anteriores*.

Nessa obra, Aristóteles explicitamente define o entimema como “um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos” (*An. Pr.* 70a). O argumento com base em proposições prováveis, diz ele, é aquele em que a premissa principal é quase (mas não totalmente) universal e um argumento formado a partir de signos é aquele em que um fato indica de uma maneira mais ou menos certa a verdade de algum outro fato único ou crença geral (MADDEN, 1952). Madden cita, a partir de Aristóteles (*An. Pr.* 70a), o seguinte exemplo de argumento formado a partir de probabilidades (MADDEN, 1952, p.370, adaptado):

(1)

A maioria dos homens que invejam, odeiam;

Este homem inveja;

∴ Provavelmente este homem odeia.

Madden traz ainda dois exemplos de argumentos silogismo formado a partir de signos (MADDEN, 1952, p.370, adaptado):

(2)

(Todas as pessoas com febre estão doentes)

Este homem tem febre

∴ Este homem está doente

(3)

(Todas as mulheres grávidas são pálidas)

Esta mulher é pálida

∴ Esta mulher está grávida

O primeiro exemplo constituiria um entimema porque: (i) a premissa maior não é completamente universal, sendo a conclusão apenas provável; (ii) o argumento é formalmente inválido, já que o termo médio não está distribuído (MADDEN, 1952). Os outros dois exemplos também configuram entimemas: o termo médio é um indicador (um signo) de um fato empírico ulterior (MADDEN, 1952). O segundo exemplo de argumento formado a partir de signos (ex.3) também incide na falácia do termo médio não distribuído, sendo, portanto, inválido; o ex.2 é válido, constituindo, portanto, ao mesmo tempo, um entimema e um silogismo válido (MADDEN, 1952). Como Aristóteles define o entimema como um silogismo baseado em probabilidades ou signos, e como os argumentos baseados em signos podem constituir inferências válidas, então é inexato dizer – como o entendimento de Eaton exige – que Aristóteles caracteriza o entimema como um argumento persuasivo e falacioso (MADDEN, 1952). Ao contrário, ficou demonstrado que, para Aristóteles, o entimema não necessariamente envolve uma falácia lógica, embora possa fazê-lo (MADDEN, 1952).

Além disso, Aristóteles parece reconhecer que a inferência entimemática possui forma válida mesmo quando o entimema tem seus signos e probabilidades retirados dos tópicos (situação em que seria tecnicamente um silogismo retórico) (MADDEN, 1952). Aristóteles diz (*Rhet.* 1357a) das proposições que formam os silogismos retóricos que, embora algumas sejam “necessárias”, na maior parte são apenas geralmente verdadeiras (MADDEN, 1952). De acordo com Madden (1952), Aristóteles quer dizer com

*proposição necessária* em assuntos retóricos o tipo de proposição baseada em signos sobre a qual um silogismo válido pode, por sua vez, ser baseado (MADDEN, 1952).

Conseqüentemente, quando Aristóteles diz que, embora a maior parte dos assuntos retóricos só é apenas geralmente verdade, parte é necessária, ele quer dizer que existem algumas proposições formadas a partir de signos que levam a argumentos (baseados em signos) formalmente válidos (MADDEN, 1952). Então, contrariamente à opinião de Eaton, Aristóteles permite que haja silogismos retóricos que são inferências válidas (MADDEN, 1952).

Aristóteles não caracteriza o entimema como baseado apenas em probabilidades, como requer o argumento de Eaton (MADDEN, 1952). Aristóteles define o provável como o que geralmente acontece (MADDEN, 1952):

A probabilidade é uma premissa geralmente aceita, pois aquilo que as pessoas sabem que acontece ou não acontece, ou é ou não é, usualmente de um modo particular, é uma probabilidade; (*An. Pr.* 70a)

Com efeito, *probabilidade é o que geralmente acontece*, mas não absolutamente, como alguns definem; antes versa sobre coisas que podem ser de outra maneira, e relaciona-se no que concerne ao provável como o universal se relaciona com o particular. (*Rhet.* 1357a, destacamos)

Um entimema formado a partir de probabilidades, por definição, baseia-se em uma premissa maior que é uma proposição provável (MADDEN, 1952). A forma inválida do argumento baseado em signos – ex.3 acima – também é baseada na probabilidade, na melhor das hipóteses, porque o termo médio, como signo, indica em diferentes ocasiões fatos posteriores diferentes, como a palidez indica gravidez apenas em certo número de casos (MADDEN, 1952). No entanto, quando o argumento formado a partir de signos é baseado em signos “necessários” (conforme ex. 2), o termo médio, como signo, não indica simplesmente de modo geral, mas indica universalmente algum fato adicional, pois é sempre um signo de algo e nunca de nada, como febre é sempre um signo de doença (MADDEN, 1952). Levando em conta que Aristóteles sustenta que “provável” significa “geralmente verdadeiro” e também reconhece um tipo de entimema baseado em signos verdadeiros e universais, é incorreto concluir (como faz Eaton, na avaliação de Madden) que Aristóteles sustenta que o entimema se baseia apenas em probabilidades (MADDEN, 1952). Considerando ainda que Aristóteles aparentemente reconhece que existem alguns poucos signos “necessários” em matéria

retórica, é incorreto também dizer que o silogismo retórico deve basear-se apenas nas probabilidades (MADDEN, 1952).

Tendo em vista que ficou demonstrado que entimemas baseados em signos podem ser válidos, restaria, para preservar o argumento de Eaton, alegar que os entimemas são baseados apenas em probabilidades. Mas conforme Madden explicou, é possível argumentar que o ex.3 é baseado em probabilidades, mas não o ex.2, cujo termo médio “não indica simplesmente de modo geral, mas indica universalmente algum fato adicional” (isto é, temos um exemplo dado por Aristóteles de entimema baseado em signo *e* válido).

Aristóteles, não obstante, faz uma importante distinção entre entimemas e silogismos retóricos, por um lado, e os silogismos da ciência, por outro (MADDEN, 1952). Embora no caso da inferência válida baseada em signos o entimema e o silogismo retórico sejam universais, isso não significa que o termo médio como signo explique por que as coisas significadas ocorreram ou explique sua razão de ser (MADDEN, 1952). Quando se diz, por exemplo, que a febre é um sinal de doença, não se quer dizer que a febre seja a razão de ser da doença, mas simplesmente que a febre é a razão do meu reconhecimento de que existe doença (MADDEN, 1952). Da forma como Aristóteles define, o signo é simplesmente um indicador de que algo existe (o motivo ou razão do conhecimento), e não uma razão para a existência da coisa (MADDEN, 1952).

O signo, pelo contrário, pretende ser uma proposição demonstrativa, seja necessária, seja provável, algo que implica outro algo, seja anterior, seja posterior, eis o que é um signo da produção ou da existência de outro algo. (*An. Pr.* 70a)

Na terminologia de Aristóteles (*An. Post.* 78a), signos se qualificam apenas como *conhecimento do fato*, enquanto as causas, que funcionam como o termo médio em um silogismo *científico*, dão *conhecimento da razão deste fato*, ou seja, a razão pela qual algo ocorre ou existe (MADDEN, 1952). É o que, esclarece Madden (1952), na terminologia tradicional, se conhece respectivamente como *ratio cognoscendi* e *ratio essendi*.

O conhecimento do *que* difere do conhecimento do *porquê*. Primeiramente diferem em uma mesma ciência, por duas razões: a primeira, quando o silogismo procede de causas não imediatas, porque a causa anterior não se acha contida nelas, enquanto o conhecimento do *porquê* equivale ao conhecimento da causa anterior; a segunda, quando o silogismo procede através de premissas

imediatas mas, em vez da causa, se toma como termo médio o mais conhecido de dois termos recíprocos, pois, de dois predicados recíprocos, o que não é causa pode muito bem ser mais conhecido e, deste modo, funcionar como termo médio da demonstração. É o caso de quando, por exemplo, demonstramos a proximidade dos planetas por eles não cintilarem. (*An. Post.* 78a, ênfase do tradutor)

Essa diferença fundamental entre signos e causas é necessária para distinguir entimemas e silogismos retóricos dos silogismos científicos: no caso dos entimemas, os argumentos são baseados em signos ou probabilidades, mas nem entimemas nem silogismos retóricos são baseados em causas (MADDEN, 1952).

A distinção entre *conhecimento do fato* e *conhecimento da razão do fato* não é meramente uma questão metodológica, está diretamente ligada à ontologia aristotélica (MADDEN, 1952). O conhecimento da razão do fato é obtido através da descoberta das causas, desdobradas em quatro por Aristóteles (materiais, eficientes, formais e finais): essa divisão resulta de sua distinção ontológica fundamental entre forma e matéria, feita para dar conta da possibilidade de mudança e movimento, que por sua vez tem relação com seus conceitos de substância e entelúquia (MADDEN, 1952). Assim, o entimema, concebido como argumento formado a partir de signos, torna-se indireta, mas seguramente ligada à metafísica de Aristóteles: os signos têm significado ao serem contrastados com o raciocínio causal, e como o último está imerso em ontologia, o mesmo ocorre com os primeiros (MADDEN, 1952). Madden (1952) conclui que uma definição de signo como *conhecimento do fato* só poderia ocorrer em uma filosofia que tenha uma interpretação metafísica da *ratio essendi*, em contraste com o raciocínio baseado em signos.

Dizer que uma doutrina está condicionada por sistemas filosóficos equivale a dizer que a doutrina é possível ou impossível, verdadeira ou falsa, dentro das estruturas (princípios fundamentais) desses sistemas (MADDEN, 1952). No entanto, existe uma visão do entimema que não é condicionada por uma filosofia, isto é, não é verdadeira ou falsa dentro de qualquer sistema de filosofia, pois não é uma afirmação proposicional, mas uma máxima procedimental: esta seria a visão do entimema como silogismo truncado (MADDEN, 1952). É o que Madden passa a examinar em seguida.

Nos textos lógicos tradicionais, o entimema é geralmente classificado em ordens – primeira, segunda ou terceira –, dependendo da parte suprimida: premissa principal, premissa menor ou conclusão, respectivamente (MADDEN, 1952). De acordo com

Madden (1952), lógicos da época de Hamilton pensavam que essa visão do entimema como silogismo truncado tinha significado para a teoria lógica porque designava um “silogismo imperfeito”, ou seja, era um argumento de expressão defeituosa (MADDEN, 1952). Hamilton argumenta que classificar o entimema como argumento imperfeito é fazer uma equiparação indevida entre o argumento válido e sua expressão externa, diversamente de seu sentido (ou seja, seria uma equiparação entre frases em vez de proposições); no entanto, diz Madden (1952), não é necessário introduzir essa complicação ontológica para mostrar que a visão silogística truncada do entimema não é uma questão de lógica.

Quando se usa um argumento (no contexto retórico), *o objetivo é convencer seu ouvinte a fazer algo ou abster-se de fazer algo; para atingir esse objetivo, o orador deve evitar cadeias de raciocínio longas demais, evitar redundâncias e omitir o óbvio* (MADDEN, 1952). Portanto, a noção de entimema como silogismo truncado diz respeito aos argumentos não do ponto de vista de sua forma lógica ou do seu significado, mas em termos do comportamento intencional a partir do qual surgiram e ao qual atendem (MADDEN, 1952).

A visão silogística truncada do entimema é um enunciado do tipo “meio e fim”, prescrevendo *o que* deve ser feito, para se alcançar determinada *finalidade* (qual seja, a persuasão), por intermédio do dispositivo retórico de supressão (MADDEN, 1952). Assim, a visão do silogismo truncado é uma regra de procedimento, uma “receita” para alcançar resultados, e não uma proposição, uma afirmação em si verdadeira ou falsa (MADDEN, 1952). Pode-se questionar se uma determinada regra é bem-sucedida ou frutífera e, portanto, fornecer razões pelas quais uma regra deve ou não ser adotada, mas seria tão inapropriado chamar de falsa uma regra quanto seria chamar de falsa a expressão “feche a janela” (MADDEN, 1952). Se as regras não são proposições, não estão condicionadas por um sistema de filosofia que permita decidir seu valor de verdade (MADDEN, 1952).

Essa natureza pragmática do entimema como silogismo truncado parece lançar dúvidas sobre a exaustividade da classificação de três ordens que os lógicos têm dado ao entimema desde os tempos de Hamilton (MADDEN, 1952). Uma vez que essa visão depende da supressão de premissas óbvias como meio de obter persuasão, Madden

(1952) sugere que seria possível ter um entimema de quarta ordem, no qual somente a premissa principal é enunciada.

De acordo com Madden (1952), Eaton afirma ainda que Aristóteles não introduz a concepção de silogismo truncado do entimema em seu sistema, no qual a definição explícita de entimema é a de um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos. No entanto, Aristóteles enfatiza a importância persuasiva de argumentos truncados, como podemos observar, p.e., em *Rhet.* 1357a:

De sorte que é necessário que o entimema e o exemplo se ocupem de coisas que podem ser para a maior parte também de outro modo: o exemplo como indução, e o entimema como silogismo, formado de poucas premissas e em geral menos do que as do silogismo primário. *Porque se alguma destas premissas for bem conhecida, nem sequer é necessário enunciá-la; pois o próprio ouvinte a supre.* Como, por exemplo, para concluir que Dorieu recebeu uma coroa como prêmio da sua vitória, basta dizer: pois foi vencedor em Olímpia, sem que haja necessidade de se acrescentar a Olímpia a menção da coroa, porque isso toda a gente o sabe. (*Rhet.* 1357a, destacamos)

A versão formalizada por Madden do exemplo de Aristóteles seria algo como (MADDEN, 1952, p.357, adaptado):

Todos os vencedores das competições olímpicas recebem uma coroa;  
Dorieu venceu um concurso olímpico;  
∴ Dorieu ganhou uma coroa.

Na prática, no entanto, o argumento jamais é expresso dessa forma, sendo suficiente dizer algo como “Dorieu venceu uma competição olímpica” (MADDEN, 1952). O argumento truncado evita desperdiçar palavras enunciando um fato que todo mundo sabe (MADDEN, 1952). Segundo Madden (1952), Aristóteles generaliza o exemplo ao registrar “[...] e o entimema [...], formado de poucas premissas e em geral menos do que as do silogismo primário” (*Rhet.* 1357a). É verdade, reconhece Madden (1952), que a expressão “em geral” impede que o aspecto truncado seja condição necessária ao entimema; portanto, *Aristóteles não define o entimema como um silogismo truncado*, mas indica que, frequentemente, argumentos devem ser truncados para persuadir melhor pessoas pouco instruídas, que não podem acompanhar um raciocínio complicado, sem que, no entanto, precisem ser ridicularizadas pela expressão do óbvio (MADDEN, 1952). Está claro então que o truncamento do silogismo ocorre no entendimento de Aristóteles, mas não se refere ou entra em conflito com sua definição “oficial” do entimema como um silogismo formado a partir de probabilidades ou signos, já que as duas concepções são de tipos inteiramente diferentes (MADDEN, 1952). A

visão do silogismo truncado em Aristóteles equivale a uma regra de procedimento, enquanto a definição de entimema como um silogismo baseado em signos ou probabilidades é uma concepção teórica que é possível apenas dentro de um sistema de filosofia como o de Aristóteles, que admite uma distinção entre *ratio cognoscendi* e *ratio essendi* e fornece uma interpretação ontológica para a última (MADDEN, 1952).

### 3.5 WALKER

J. Walker (1994) remete ao conceito tradicional de entimema: um tipo de silogismo informal, baseado em premissas prováveis e em suposições implícitas compartilhadas tanto pela audiência como pelo orador; ou simplesmente uma justaposição de ideias visando a persuasão. Seja como for, esse conceito supostamente encontraria suas raízes no próprio Aristóteles, a partir de sentenças do tipo “o entimema é um tipo de silogismo” ou “o entimema é silogismo retórico” ou ainda “é o correlativo da dialética” (WALKER, 1994).

Walker cita como a principal vantagem da concepção tradicional a presença de uma relação dialógica entre a audiência e o orador, exigindo que este considere as convicções e juízos da primeira na confecção de seu discurso (em vez de promover uma mera “adaptação”) (WALKER, 1994). Esse tipo de abordagem salienta os aspectos éticos e técnicos da persuasão, assim como a natureza epistemológica e ideológica do discurso, ao requerer que o retórico considere os pressupostos subjacentes a dada linha de raciocínio (WALKER, 1994).

Por outro lado, a compreensão de entimema como “silogismo” retórico, presente na doutrina tradicional, permite uma apropriação desse conceito que não considera de forma adequada o que “silogismo” pode significar em um contexto retórico; ou, ainda, o que significava no grego antigo antes, dissociado, do sentido altamente técnico e especializado proposto por Aristóteles em seus tratados de lógica e dialética (WALKER, 1994). Sócrates, por exemplo, contrasta o termo *sylogisamenoí* – a inferência intuitiva do “homem comum”, derivada da experiência – com a erística dos dialéticos profissionais, que alegam a posse do verdadeiro conhecimento (WALKER, 1994). Mesmo Aristóteles, quando adota uma definição mais informal de silogismo nos *Tópicos* (“logos”, “raciocínio”, “discurso”), provavelmente parte de conceitos comuns,

conhecidos pelo público ao qual essa obra introdutória se dirige (WALKER, 1994). No mesmo tratado, silogismo dialético é definido como o raciocínio baseado na *doxa*, ou seja, nas opiniões geralmente aceitas (WALKER, 1994).

A tese de Walker (1994) é, então, que o significado não técnico de “silogismo” no grego antigo refere-se ao raciocínio e às inferências comuns e informais, as quais, no contexto das discussões e debates, são baseadas nas opiniões gerais da audiência. O autor adverte, no entanto, que o uso descuidado de “silogismo retórico” como sinônimo de entimema pode resultar em um estreitamento do conceito de retórica (e de argumentação, em geral), subordinando-o a determinado tipo de lógica, sobretudo se considerarmos seriamente a visão aristotélica do entimema como “o corpo da prova” (*Rhet.* 1354a) e como o núcleo da habilidade em retórica (WALKER, 1994).

A correlação entre retórica e dialética feita por Aristóteles no início da *Retórica* é responsável por muitas controvérsias interpretativas, agravadas por problemas de tradução (WALKER, 1994). Walker (1994) estatui que o termo grego *antistrophos* é mais específico: retórica e dialética são sim relacionadas, assim como o entimema e o silogismo, mas *essa relação importa tanto em similaridade quanto em diferença*. Walker (1994) passa a delinear uma concepção de entimema que se afasta da problemática historicamente acumulada, ao mesmo tempo em que busca preservar algumas de suas vantagens.

Walker (1994), citando Arthur B. Miller and John D. Bee, registra que a raiz da palavra entimema é *thymos*, (segundo o autor, *heart*, “coração”), denotando o espaço em que situam as emoções e desejos, assim como a produção e a recepção do pensamento e do discurso eloquente e persuasivo. O termo entimema e suas variações estão claramente assentados em tal campo de significado: o verbo *enthymeomai*, no ensinamento de Miller e Bee, segundo Walker (1994), tem alcance semântico que compreende sentidos tais como: considerar bem, refletir, pensar profundamente, magoar-se ou zangar-se, *formar um plano, inferir, concluir* (WALKER, 1994).

Desse modo, “fazer entimema” tanto abarcaria certo tipo de inferência quanto uma modalidade estratégica de planejamento que, no caso da retórica, inclui o que Walker chama de “inventividade *kairótica*”, ou seja, a capacidade de reação oportuna em dado contexto retórico (WALKER, 1994). Para ilustrar seu argumento, Walker passa a abordar fontes não aristotélicas do conceito de entimema a fim delinear seu

desenvolvimento no pensamento grego e mostrar como se deu a apropriação dessa noção por Aristóteles.

Para Isócrates, além da ponderação e da inventividade kairótica, o entimema refere-se principalmente ao estilo, ocupando posição central em sua concepção de competência retórica (a qual, diga-se, Isócrates não considerava redutível à *techne*) (WALKER, 1994). As menções ao entimema nos escritos do orador ateniense, apesar de não fornecerem uma definição sistemática ou precisa, raramente são desvinculadas de questões estilísticas (WALKER, 1994).

Por sua vez, Anaxímenes de Lâmpsaco, suposto autor da *Retórica a Alexandre* (conforme vimos, obra por séculos atribuída erroneamente a Aristóteles), apresenta, em uma exposição mais ordenada, a interpretação sofística de entimema, de grande influência na Antiguidade (WALKER, 1994). De acordo com Anaxímenes de Lâmpsaco, no contexto de um embate retórico, entimemas são oposições obtidas a partir de contradições encontradas no discurso de um oponente, sejam internas ao próprio discurso, sejam relativas a princípios amplamente aceitos (justiça, honra etc.) ou, ainda, relativas ao próprio caráter do orador (WALKER, 1994). O retórico deve tirar proveito dessas contradições e defender seu próprio ponto de vista, mostrando, por sua vez, que suas palavras e ações são opostas às características negativas apontadas, formulando seus entimemas do modo mais célere e econômico possível (WALKER, 1994).

Para Anaxímenes de Lâmpsaco, a chave para a elaboração dos entimemas seria a *Exetástica* (busca, crítica, investigação), um método utilizado para indicar inconsistências nas ações, nas palavras e nas intenções de um orador, aplicável a todo tipo de discurso público (WALKER, 1994). O entimema representaria o desfecho do procedimento exetástico: a declaração concisa e enfática de uma contradição, evidenciada dramaticamente, utilizada não apenas para derivar conclusões, mas também para enfatizar certa postura ou atitude em relação ao assunto em discussão e motivar o público a se identificar fortemente com essa postura (WALKER, 1994). O público deve considerar não apenas que as alegações do orador são verdadeiras e prováveis, mas que ambos, orador e alegações, são também bons e admiráveis, em clara oposição ao que é considerado falso, ruim, detestável (WALKER, 1994).

Anaxímenes de Lâmpsaco, assim como Isócrates, também trata de aspectos estilísticos, mas sua abordagem parece mais relacionada à eficiência na elaboração de

entimemas, ou seja, ao emprego de técnicas para aprimorar o impacto e a retenção por parte da audiência (WALKER, 1994).

A partir do que vimos em Anaxímenes de Lâmpsaco e Isócrates, é possível derivar uma noção não aristotélica, sofística, do entimema, difundida na tradição retórica helenística: o entimema seria um tipo de virada argumentativa, estratégica, *kairótica*, que explora um conjunto de oposições emocionalmente salientadas, a fim de gerar na audiência uma identificação passional que manifesta adesão a determinado posicionamento, e que, em sua prática ideal, atinge o público como um “lampejo abrupto de discernimento” (WALKER, 1994). Para ser mais eficaz, essa manobra entimemática explora uma série de esquemas estilísticos (antítese, paralelismo, densidade) para intensificar seu impacto e sua presença na mente do público (WALKER, 1994). Nesse sentido, o entimema seria o movimento retórico por excelência (WALKER, 1994).

Essa interpretação permite entender a importância do entimema para Aristóteles: se a função da retórica é a persuasão, a excelência na elaboração de entimemas é a habilidade primordial de um retórico – tudo o mais, como registra o próprio Estagirita (*Rhet.* 1354a), é acessório (WALKER, 1994).

O exposto também deve ser considerado no exame da apropriação do termo por Aristóteles (WALKER, 1994). Por exemplo, cita Walker (1994), é significativo que os tópicos relacionados à criação de entimemas elencados na *Retórica* tratem basicamente de temas ligados à oposição ou ao contraste, assim como a constatação de que, nessa obra, vinte e oito tópicos listados comecem com opostos.

Walker (1994) indica pontos de convergência entre Aristóteles, Anaxímenes de Lâmpsaco e Isócrates, como, por exemplo, as afirmações acerca da brevidade e da enunciação antitética dos entimemas, da maior clareza dos opostos quando justapostos, da discussão sobre as vantagens do ritmo, antítese e metáforas para os entimemas. Além disso, a inclusão de *pathos* e *ethos* por Aristóteles entre as fontes entimemáticas de persuasão sugere que, assim como Anaxímenes e Isócrates, o filósofo considera os entimemas como mais do que simples raciocínio, dado seu potencial emocional – embora o Estagirita deixe claro que entimemas não devem ser usados quando se está tentando despertar *pathos* ou projetar *ethos*, ponto em que parece diferir de seus colegas sofistas (WALKER, 1994).

Já a contribuição propriamente aristotélica para a noção de entimema reside no reconhecimento crucial de que o entimema – assim como o silogismo dialético – está fundamentado em uma capacidade intuitiva de derivar inferências e formar julgamentos a partir de relações entre ideias; em outras palavras, a contribuição essencial do Estagirita está na sua insistência quanto à racionalidade subjacente ao entimema: uma mera expressão condensada e antitética não produz um entimema (WALKER, 1994).

O silogismo dialético de Aristóteles seria, com efeito, uma espécie de metáfora explicativa, simplificada, para o tipo de processo inferencial que fundamenta a operação dos entimemas (WALKER, 1994). Mas Aristóteles é cuidadoso ao notar que *o entimema e o silogismo não são a mesma coisa*, e as diferenças vão além das oposições entre verdade e probabilidade ou entre premissas explícitas ou implícitas, as quais, diga-se de passagem, são características comuns tanto à retórica quanto à dialética, circunscritas, em sua maior parte, à dimensão do raciocínio proposicional (WALKER, 1994). A racionalidade dialógica dos entimemas da explicação de Aristóteles é um acréscimo à noção sofística de entimema, herdada de seus predecessores (WALKER, 1994). Em suma, o entimema partilha com o silogismo dialético uma racionalidade subjacente, fundamentada nos mecanismos psicológicos de inferência em um intercâmbio conversacional (WALKER, 1994).

Para Walker (1994), o procedimento argumentativo ou persuasivo nos discursos modernos é muito parecido com o que era para Anaxímenes e Isócrates, isto é, uma questão de engendrar entimemas (ou, no caso de um argumento amplo e complexo, uma progressão de entimemas), de tecer uma rede de valores e ideias emocionalmente carregadas, levada a efeito de forma memorável na “virada entimemática” final (WALKER, 1994). O entimema continua sendo, em suma, um princípio vital no discurso moderno, mesmo na ausência de uma concepção adequada do termo (WALKER, 1994).

Sustenta Walker (1994) que se todo discurso deve ser concebido como retórico e, portanto, como persuasivo – ou seja, explícita ou implicitamente argumentativo –, é possível então concluir que a habilidade entimemática é essencial para a prática retórica ou argumentativa, desde que postas algumas qualificações. A primeira é que os entimemas podem ser diferentes em diferentes tipos de discurso, como por exemplo, ficção ou poesia, ou os vários tipos de prosa acadêmica, científica, técnica etc. – é

preciso considerar como são e como devem operar os entimemas nessas esferas discursivas (WALKER, 1994).

Outra qualificação importante é considerar que, a despeito de a habilidade entimemática ser a habilidade crucial da retórica, a noção segundo a qual Aristóteles entende que todas as outras habilidades retóricas são suplementares ou “acessórias” pode ser anacrônica (WALKER, 1994). Poderia ser dito, ao contrário, que a habilidade entimemática depende de todas as outras habilidades, já que todos os meios de persuasão disponíveis para a retórica contribuem para a virada entimemática (WALKER, 1994).

Uma compreensão autêntica da arte entimemática não pode ser adquirida a partir de modelos simplificados e prescritivos, mas apenas a partir de estudos analíticos e críticos de argumentação real e da própria experiência acumulada como “produtor” de argumentos por um longo período de tempo (WALKER, 1994). Há, em suma, muito mais na habilidade entimemática do que saber algo sobre formas básicas do silogismo (WALKER, 1994).

Walker (1994) defende que sua tese não é incompatível com a visão convencional dos entimemas: a argumentação eficaz é de fato uma questão de raciocínio dialógico, que busca incorporar os conhecimentos e crenças da audiência, assim como os do retórico; e o entimema é a figura que conecta uma ideia com as razões que a justificam, baseada nas capacidades inferenciais da plateia. Mas o entimema é caracterizado também pela virada argumentativa, estilisticamente marcante, *kairoticamente* oportuna, que, para além de uma assertiva, evidencia um posicionamento, uma complexidade comportamental e inferencial (WALKER, 1994). O entimema invoca não apenas uma premissa como justificativa, mas um verdadeiro “acorde” de imagens carregadas de valores e emoções relevantes para motivar adesão a esse posicionamento; isso não é apenas uma forma de raciocínio passional, mas também um “princípio arquitetônico” para a invenção e a estruturação do discurso persuasivo (WALKER, 1994).

Essa maneira de entender o entimema, conclui Walker (1994), parece mais rica, mais complexa e mais flexível do que a visão convencional, além de mais consistente com as teorias modernas de persuasão e argumentação, descrevendo melhor a prática argumentativa real. Consiste, em suma, em um duplo entendimento: no primeiro, o

entimema aparece como uma estrutura complexa de inferências e afetos que constitui a substância de um argumento; no segundo, o entimema surge como uma virada estrutural ou estilística que abriga uma *exetasia*, fornecendo o material inferencial e emocional para um momento discursivo particular, e que, ao fazê-lo, constrói ou molda a percepção da audiência acerca do que constitui o argumento (WALKER, 1994). O último ponto é o que Anaxímenes de Lâmpsaco e Isócrates descrevem; o primeiro é o objeto de análise de Aristóteles; em ambos, o entimema é, em ambos os sentidos, verdadeiramente o “corpo de persuasão” (WALKER, 1994).

### 3.6 HITCHCOCK

Por fim, veremos o artigo de David Hitchcock, no qual o autor, a partir de uma derivação do conceito de consequência lógica, questiona se a abordagem tradicional do entimema está assentada sobre um equívoco.

Segundo Hitchcock (1998), os que teorizam sobre argumentos geralmente não se atentam aos “argumentos reais”, aos “complexos premissa-conclusão”, em que as razões anunciadas nas premissas dão apoio à afirmação feita na conclusão; esses teóricos, sob risco de grave erro ou irrelevância, “fabricam” exemplos de argumentos que se encaixam em sua teoria, sem a devida atenção às construções formadas por premissas e conclusões em que a conclusão é de fato extraída das premissas.

Hitchcock (1998) parte então de um argumento “real”, apresentado em resposta a um ataque à teoria da evolução, com fundamento na alegada ausência de registros fósseis de quaisquer organismos em transição entre humanos e seus supostos ancestrais primatas. O argumento é o seguinte:

(1) Um ambiente úmido de floresta levará à decomposição dos ossos antes que a fossilização seja possível. Visto que a maioria dos primatas vive nessas florestas, obviamente será raro encontrar ossos de qualquer membro dessas espécies. (HITCHCOCK, 1998, p.16)

Hitchcock (1998) afirma que a conclusão desse argumento parece seguir de suas premissas, embora não possa ser traduzido em qualquer sistema lógico, como a lógica proposicional clássica ou silogística categórica – de acordo com Hitchcock, a conclusão do argumento segue [das premissas], mas não logicamente.

O autor explica que normalmente esse tipo de discrepância é explicado com base na alegação de que existe uma premissa não declarada no argumento, o que equivale a dizer que o argumento se segue logicamente desse novo conjunto de premissas (HITCHCOCK, 1998). De outro modo, propõe Hitchcock (1998), a conclusão do argumento segue condicionalmente de suas premissas originais, desde que a premissa não declarada atenda às condições teóricas de adequação da premissa (p.e., seja verdadeira, conhecida, aceitável etc.). Nesse caso, dizer que a conclusão do argumento decorre do conjunto original (não complementado) de premissas implica em algum sentido diferente, estendido, de “decorre”.

A premissa não declarada do argumento (1) poderia ser algo do tipo:

(2) É raro encontrar ossos de qualquer membro de uma espécie que vive em um ambiente que leva à decomposição dos ossos antes que a fossilização seja possível. (HITCHCOCK, 1998, p.16)

Se (2) for adicionado como uma premissa, então a conclusão do argumento passa a decorrer logicamente do novo conjunto de premissas (HITCHCOCK, 1998); portanto, diz Hitchcock (1998), a conclusão do argumento segue de suas premissas declaradas, com a condição de que a premissa não declarada atenda aos critérios de adequação. É o caso de (2), considera Hitchcock (1998), já que a premissa é verdadeira, conhecida, e razoável – de fato, é raro encontrar ossos de qualquer membro de uma espécie que vive em um ambiente que leva à decomposição dos ossos antes que a fossilização seja possível. Podemos observar que, na verdade, Hitchcock propõe um sentido bastante particular do verbo *decorre* – um “sentido amplo”, nas palavras do autor – querendo dizer realmente que tal conclusão *decorre* de tal premissa declarada, desde que a premissa implícita possa considerada adequada.

Hitchcock (1998) aponta que a tradição aristotélica, ao lidar com tais argumentos, voltou sua atenção aos argumentos de uma premissa que poderiam ser transformados em silogismos categóricos através da adição de uma premissa – os entimemas. Mas, segundo Hitchcock (1998), muitos argumentos com a característica do argumento (1) – qual seja, que sua conclusão aparentemente segue de suas premissas, embora não logicamente – não são, na verdade, silogismos incompletos. O autor se propõe então a generalizar o conceito de entimema para além do tratamento conferido pela tradição aristotélica e considerar todos esses argumentos como entimemas

Hitchcock (1998) explica que o termo “entimema”, utilizado em referência ao silogismo retórico, veio de Aristóteles e, embora o próprio Estagirita pareça ter definido este tipo de silogismo em termos de probabilidades ou signos, a tradição lógica posterior passou a se concentrar em outra característica encontrada nesse tipo de silogismo: o entimema consiste em poucas premissas, frequentemente menos do que ocorre no silogismo “primário”, ou seja, no silogismo normalmente encontrado no tipo de investigação dialética baseada em perguntas e respostas (HITCHCOCK, 1998).

Para Aristóteles, de acordo com Hitchcock (1998), o entimema teria menos premissas do que o silogismo primário em virtude de uma omissão intencional do orador. Segundo Hitchcock (1998), essa explicação seria discutível: o que se pode observar é que a conclusão de um entimema não decorre *logicamente* de suas premissas; entretanto, prossegue, o acréscimo de uma premissa o transforma em um argumento cuja conclusão passa de fato a decorrer logicamente de suas premissas.

De acordo com Hitchcock (1998), os lógicos, desde Aristóteles, adotaram a teoria das premissas implícitas para completar o sentido do entimema apenas porque não podiam conceber nenhuma outra maneira de uma conclusão seguir de determinadas premissas do que *seguir logicamente*. No entanto, diz Hitchcock (1998), para a maioria dos entimemas, não há “lacuna” a ser preenchida; uma conclusão pode se seguir inquestionavelmente, mas não logicamente, sem necessidade de premissas implícitas. A esse fenômeno, Hitchcock (1998) refere-se como *consequência entimemática*, passando a explicá-lo, partindo da concepção de consequência lógica.

A concepção padrão de quando uma conclusão segue logicamente a partir de premissas dadas é que é impossível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa. (HITCHCOCK, 1998, p.20)

Hitchcock explica que são dois os problemas dessa concepção. Primeiramente, essa concepção implica que absolutamente nenhuma conclusão segue de premissas que não podem ser todas verdadeiras: se é impossível que as premissas sejam verdadeiras, então é *a fortiori* impossível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa (HITCHCOCK, 1998). Assim, a conclusão do seguinte argumento, na concepção padrão de consequência lógica, seguiria de suas premissas (HITCHCOCK, 1998).

(3) Existem organismos vivos além do planeta Terra. Não existem organismos vivos além do planeta Terra. Portanto, Amsterdã não é a única capital da Holanda.

De modo similar, prossegue Hitchcock (1998), a concepção padrão implica que qualquer conclusão que não pode ser falsa segue de quaisquer premissas: se é impossível que a conclusão seja falsa, então é *a fortiori* impossível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa. Assim, a conclusão do seguinte argumento também segue de suas premissas, na concepção padrão de consequência lógica (HITCHCOCK, 1998):

(4) Haia e Amsterdã são capitais da Holanda. Portanto, sempre que está chovendo, está chovendo.

Não obstante, parece claro que, intuitivamente falando, as conclusões dos dois argumentos anteriores *não* decorrem de suas premissas: em cada argumento, as premissas nada têm relação com a conclusão (HITCHCOCK, 1998). Portanto, conclui Hitchcock (1998), ou a concepção padrão deve ser revisada, ou é necessário algum argumento adicional para mostrar que nossa avaliação intuitiva de tais argumentos está errada.

Hitchcock propõe então a seguinte concepção revisada de consequência:

Há alguma característica geral do argumento que é incompatível com o argumento ter premissas verdadeiras e uma conclusão falsa, embora essa característica seja compatível com o argumento de ter premissas verdadeiras e compatível com o argumento de ter uma conclusão falsa. (HITCHCOCK, 1998, p.26)

Segundo Hitchcock (1998), essa concepção revisada é, em certo aspecto, mais restrita e, em outro aspecto, muito mais ampla do que a concepção padrão atual de consequência e explicaria (melhor do que qualquer hipótese de premissas não declaradas) nossa inclinação para considerar a conclusão de muitos entimemas como consequência de suas premissas, embora não seja uma consequência lógica. O que acontece nesses casos, nesses entimemas, é que a conclusão é uma *consequência entimemática* de suas premissas originais (HITCHCOCK, 1998). Ao inferir uma conclusão de algumas premissas, o autor de um argumento afirma implicitamente que a conclusão decorre dessas premissas; na concepção proposta por Hitchcock (1998), essa afirmação equivale à afirmação de que alguma generalização abrangente do argumento é verdadeira. Qualquer generalização desse tipo é mais forte do que o mínimo necessário a ser fornecido pela premissa implícita para fazer a conclusão seguir logicamente (HITCHCOCK, 1998). A adição de tal generalização abrangente como uma premissa, portanto, faria a conclusão seguir logicamente (HITCHCOCK, 1998).

Para exemplificar, Hitchcock retoma o primeiro argumento:

(1) Um ambiente úmido de floresta levará à decomposição dos ossos antes que a fossilização seja possível. Visto que a maioria dos primatas vive nessas florestas, obviamente será raro encontrar ossos de qualquer membro dessas espécies. (HITCHCOCK, 1998, p.27)

Tornando expressos algumas das referências, o argumento pode ser reescrito:

(5) Um ambiente de floresta úmido levará à decomposição dos ossos antes que a fossilização seja possível. A maioria das espécies de primatas vive em um ambiente úmido de floresta. Portanto, obviamente, será raro encontrar ossos de qualquer membro da maioria das espécies de primatas. (HITCHCOCK, 1998, p.27)

Esse argumento, por sua vez, pode ser considerado uma instância do seguinte formato:

(6) Um ambiente F levará à decomposição dos ossos antes que a fossilização seja possível. A maioria das espécies de Ps vive em um ambiente F. Portanto, será obviamente raro encontrar ossos de qualquer membro da maioria das espécies de Ps. (HITCHCOCK, 1998, p.27)

Hitchcock (1998) explica que esse formato de argumento não é *logicamente* válido, mas é válido no sentido de que não existem instanciações com premissas verdadeiras e uma conclusão falsa, embora sejam possíveis instanciações com premissas verdadeiras e instanciações com conclusão falsa. Hitchcock (1998) dispõe que a conclusão de qualquer argumento desse formato segue *entimaticamente* de suas premissas.

A condição de que (6) é uma forma válida de argumento é equivalente à generalização abrangente:

(7) Para todos os F e P: Se um ambiente F levará à decomposição dos ossos antes que a fossilização seja possível, e a maioria das espécies de Ps vivem em um ambiente F, então obviamente será raro encontrar ossos de qualquer membro da maioria das espécies de Ps. (HITCHCOCK, 1998, p.28)

O argumento (1) instanciado nesse formato seria:

(8) Obviamente, será raro encontrar ossos de qualquer membro de uma espécie que vive em um ambiente que levará à decomposição dos ossos antes que a fossilização seja possível. (HITCHCOCK, 1998, p.28)

Hitchcock (1998) conclui que, considerando que (8) é verdadeiro, (7) é uma forma válida de argumento. Consequentemente, a conclusão de (1) segue de suas premissas, como intuitivamente se supõe, mas (8) não é uma premissa implícita de (1) (HITCHCOCK, 1998).

Há muito mais a ser dito (e objetado) acerca da teoria de Hitchcock; mas o que vimos é o suficiente para caracterizar essa acepção contemporânea do conceito de entimema.

## 4 CONCLUSÕES

Para concluir este trabalho, propomos quatro “exercícios de pensamento” simples, argumentando, à maneira dos sofistas, dos “dois lados” da questão. São meros apontamentos, orientados por abordagem (lógica, retórica ou híbrida) e agrupados de modo a permitir o exame de cada um separadamente; os blocos são desconexos, mas, ao mesmo tempo, apresentam claras interseções entre si. A intenção é apontar a problemática de se eleger uma única interpelação (lógica ou retórica exclusivamente) do conceito de entimema.

Todavia, se sugerimos uma problemática, pode-se questionar porque essa hipótese de trabalho não foi apresentada desde o início desta dissertação. Entendemos, primeiro, que no presente trabalho temos somente uma *indicação* de hipótese a ser desenvolvida mais detidamente em outro momento. Depois, essa indicação não operou como narrativa dirigente, não conduziu a pesquisa. Para o momento bastou a investigação de uma parcela do estado da questão, nos dois “eixos” indicados – doutrina tradicional e teorias não ortodoxas – para obtermos os insumos suficientes para compormos essa indicação. Passando aos apontamentos.

### §1.

O que deve ser considerado importante no entimema é a *ocorrência de argumentos com os quais a audiência já concorda*; essas ocorrências são “meio caminho andado” para o retórico – essa é a importância do entimema. Se o orador souber identificar argumentos com os quais a audiência já de antemão concorda – ou seja, se o orador souber identificar os entimemas – tem tudo para “vencer” o debate. Essa, repito, é a importância do entimema – a questão formal (silogismo com premissa suprimida) é secundária, subordinada, consequência daquela. A existência dos entimemas nos discursos (e nas conversas ordinárias) provoca, quando formalizada, esse fenômeno silogístico que Aristóteles, como estudioso da lógica, não podia deixar de registrar. Muitos dos críticos modernos invertem dividendo e divisor, submetendo ao formalismo a importância retórica do entimema.

§2.

O silogismo pode ser entendido como argumento. Existem interpretações que corroboram esse entendimento. Na verdade, as definições de argumento remontam ao silogismo, indicando a presença, nos argumentos, de premissas e conclusões. O entimema, por sua vez, nada mais é que o argumento aplicado à retórica. O argumento é a parte central da persuasão, é a parte central da retórica. Os argumentos formulados em um discurso normalmente não são totalmente expressos – daí a natureza “incompleta” do entimema.

Em seus tratados de lógica, sobretudo nos *Tópicos*, Aristóteles analisa como se dá o *argumento em um contexto filosófico*, de busca do conhecimento, ou seja, um contexto dialético; Aristóteles percebeu a existência de uma correlação no âmbito do discurso e decidiu investigar também como *argumentar no âmbito da retórica*. Daí a proximidade apontada na abertura da *Retórica* entre dialética e retórica e que pode ser contratada entre os textos dos *Tópicos* e da *Retórica*.

De todo modo *o importante é saber argumentar*, dominar o argumento, seja na forma de silogismo ou entimema. A incompletude do entimema é apenas um acidente que se observa na prática e que não faz parte da habilidade essencial.

§3.

O entimema é um fenômeno que ocorre na retórica, mas Aristóteles transformou em objeto de estudo da lógica; nesse caso, as acusações de sua “inutilidade” retórica (Hamilton, Burnyeat etc.) não é problema da lógica (como já diz Copi).

Retomemos a lição de Irwing Copi, em sua *Introdução à Lógica*, com o seguinte trecho:

Porque é incompleto, um entimema deve ter suas partes suprimidas levadas em conta, quando surge a questão de determinar a sua validade. Sempre que falta uma premissa necessária, a inferência, sem essa premissa, é inválida. Mas, quando a premissa não-expressa é facilmente suprida, fica evidente que deve ser incluída como parte do argumento na apreciação deste último. Em tal caso, subentende-se que o autor do argumento tinha “em mente” mais do que enunciou explicitamente. Na maioria dos casos, não há dificuldade alguma em suprir a premissa tácita que a pessoa entendeu, mas não expressou no seu argumento. Um princípio fundamental, no fornecimento das

premissas suprimidas, é que a proposição deve ser tal que o autor do argumento possa supor, com segurança, que os seus ouvintes ou leitores a aceitarão como verdadeira. Assim, seria absurdo sugerir que se tomasse a própria conclusão como uma premissa suprimida, pois se o argumentador pudesse admitir que seus ouvintes aceitassem a proposição como premissa, sem provas, seria inútil procurar estabelecê-la como conclusão de um argumento (COPI, 1978, p.209).

Esse é o traço diferencial do entimema: é um silogismo incompleto que, apesar disso, pode ser válido; na lógica, um silogismo incompleto é inválido, não é aceitável – o entimema, no entanto, é *um silogismo aplicado à retórica* e é considerado válido.

#### §4.

Podemos destacar dois sentidos de entimema em Aristóteles.

O primeiro, de significação um pouco mais estrita e objeto de estudo da lógica, seria o fenômeno recorrente na linguagem ordinária que consiste na supressão de premissas já habitualmente aceitas. Aristóteles percebeu a ocorrência desse fenômeno (premissas ausentes) nos discursos e nas conversas ordinárias e o catalogou. Nesse sentido, entimema é uma mera formalização, a tradução para a lógica de um evento fenomênico. Devemos ter em mente que Aristóteles já havia demonstrado interesse nessa tradução entre a lógica “prática” e a “teórica” na sua dialética.

O outro seria um sentido “amplo”, corriqueiro, de entimema, significando o *raciocínio aplicado em contexto retórico*, desprovido do rigor lógico e cuja importância reside tão somente em sua eficácia persuasiva. Pode ser entendido como o pensamento engenhoso, que emprega oportunamente todos os recursos à sua disposição (incluindo componentes emocionais) para persuadir a audiência. Nesse sentido, Aristóteles quis dizer que o *raciocínio* é o melhor instrumento de convencimento.

Os dois sentidos se unem na prática retórica, já que o pensamento engenhoso, o raciocínio – o entimema – é normalmente expresso em argumentos silogísticos truncados: os entimemas.

Não podemos descartar completamente a possibilidade de que talvez tenha faltado precisão na *Retórica*. Talvez Aristóteles tenha imaginado uma distinção mais clara entre os sentidos, mas não a desenvolveu. Contudo, no caso do Estagirita, devemos nos lembrar de que os tratados que sobreviveram são tidos como “notas de aula”, ou seja, nem sempre dispomos de uma explicação cuidadosa, meticulosa, demorada. É como se Aristóteles tivesse anotado apressadamente suas ideias para melhor elaboração posterior.

Enfim, apesar de não serem argumentos rigorosos (que podem porventura ser desenvolvidos em outra oportunidade), tivemos por intenção, com essas considerações, sugerir que o problema está menos situado no alinhamento a um dos eixos teóricos do que nas discrepâncias geradas por uma abordagem singular (lógica ou retórica exclusivamente) do conceito de entimema. Poderia até mesmo ser dito que o enfileiramento nesses eixos é *causado* pela polaridade entre as formas de aproximação. O propósito foi aventar ainda a possibilidade potencialmente mais profícua de uma abordagem plural (lógica e retórica).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER OF APHRODISIAS. *On Aristotle Topics I*. Translator: Johannes M. Van Ophuijsen. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd., 2001.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. do N. Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

\_\_\_\_\_. *Tópicos*. Tradução de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

\_\_\_\_\_. *Organon III - Analíticos Anteriores*. Tradução de P. Gomes. Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

\_\_\_\_\_. *Organon IV - Analíticos Posteriores*. Tradução de P. Gomes. Lisboa, Guimarães Editores, 1987.

\_\_\_\_\_. *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Introdução e notas: Jean Voilquin e Jean Capelle. Estudo introdutório: Goffredo Telles Junior. Rio de Janeiro: Ediouro - Tecnoprint, 1990.

\_\_\_\_\_. *Prior analytics*. Translated, with introduction, notes, and commentary by Robin Smith. Hackett Publishing Company, Inc. Indianapolis, 1989.

\_\_\_\_\_. *Aristotle's prior and posterior analytics; a revised text with introduction and commentary by W. D. Ross*. London: Oxford University Press, 1957.

\_\_\_\_\_. *Categories. On Interpretation. Prior Analytics*. Translated by H. P. Cook, Hugh Tredennick. Loeb Classical Library 325. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938.

\_\_\_\_\_. *On rhetoric: a theory of civic discourse*; translated with introduction, notes, and appendices by George A. Kennedy. New York: Oxford University Press, 2007

\_\_\_\_\_. *Rhetoric*; translated by W. Rhys Roberts - Dover thrift eds. New York: Dover Publications, 2004.

BARNES, J. (org.). *The Cambridge Companion to Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BITZER, L. F. Aristotle's Enthymeme Revisited. *Quarterly Journal of Speech* 45: 1959, pp.399–408.

BRAET, A.C. The Enthymeme in Aristotle's Rhetoric: From Argumentation Theory to Logic. *Informal Logic* vol. 19, No. 2&3, 1999, pp.101-117.

BURNYEAT, M. Enthymeme: The Logic of Persuasion. In D. J. Furley and A. Nehamas (eds.), *Aristotle's Rhetoric*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

COPE, E. M. *Introduction to Aristotle's Rhetoric*. London and Cambridge: Macmillan, 1867.

\_\_\_\_\_. *The Rhetoric of Aristotle, with a Commentary*. Revised and edited by John Edwin Sandys. 3 vols. Cambridge University Press, 1877.

COPI, I.M. *Introdução à Lógica*. Trad. de Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

DIÔGENES LAËRTIOS. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad., intr. e notas KURY, M. da G. Brasília: Ed. UnB, 2008.

FARIAS BRITO, R. *Finalidade do mundo: estudos de filosofia e teleologia naturalista – Tomo I*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

FREDE, D. (2017). Alexander of Aphrodisias. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta (ed.), em <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/alexander-aphrodisias/>.

GRANT, A. *Ancient Classics for English Readers - Aristotle*. 1879. Edinburgh and London: William Blackwood and Sons, 1879.

GRIMALDI, W.M.A. *Aristotle, Rhetoric I: A Commentary*. New York: Fordham University Press, 1980.

\_\_\_\_\_. Semeion, Tekmerion, Eikos in Aristotle's Rhetoric. *The American Journal of Philology*, Baltimore, Vol. 101, No. 4, 1980, pp. 383-398.

HAMILTON, W. *Discussions on Philosophy and Literature, Education and University Reform*. London and Edinburgh: Harper & Brothers, 1853.

- \_\_\_\_\_. *Lectures on Logic*. London and Edinburgh: Blackwood, 1860.
- HEGENBERG, L. *Lógica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- HITCHCOCK, D. Does the Traditional Treatment of Enthymemes Rest on a Mistake?. *Argumentation* 12, 1998, pp.15-37.
- IOLI, Roberta. Eikós: simile, verosimile, probabile. *Technai* 8, 2017, pp.51-65.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- JOYCE, G.H. *Principles of Logic*. Second edition. New York: Longmans, Green and Co., 1916.
- KEALE, W; KEALE, M. *O Desenvolvimento da Logica*. 2ª ed. Trad. de M S. Lourenço. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1980.
- LIDDELL, H.G. & SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- LUCKHARDT, G. & BECHTEL, W. *How to Do Things with Logic*. 1st Edition. New York: Psychology Press, 1994.
- MADDEN, E.H. The Enthymeme: Crossroads of Logic, Rhetoric, and Metaphysics. *The Philosophical Review*, Durham, Vol. 61, No. 3, Jul.1952, pp. 368-376.
- \_\_\_\_\_. Aristotle's Treatment of Probability and Signs. *Philosophy of Science*, Chicago, Vol. 24, No. 2, Apr.1957, pp. 167-172.
- NETTO, C.X.A. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002, pp.37-49.
- NÓBREGA-TERRIEN, S.M.; TERRIEN, J. - Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 15, n. 30, jul.- dez. 2004.

PATZIG, Günther. *Aristotle's theory of the syllogism: A logicophilological study of book A of the Prior Analytics* (Synthese library). Translation: Jonathan Barnes. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1968.

SALMON, W.C. *Logic*. 2nd ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1973.

SHAKESPEARE, William. *Júlio César*; tradução e notas de José Francisco Botelho; prefácio de Harold Bloom. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

SEATON, R.C. The Aristotelian Enthymeme. *The Classical Review*, New York, Vol. 28, No. 4, Jun. 1914, pp. 113-119.

WALKER, J. The Body of Persuasion: A Theory of the Enthymeme. *College English*, Urbana, Vol. 56, No. 1, Jan. 1994, pp. 46-65.

WORTHINGTON , I. (org.). *A Companion to Greek Rhetoric*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2006.